Sexta-feira, 13 de março de 2026 **I Série — Número 66**

DIÁRIO da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE MARÇO DE 2026

Presidente: Ex.mo Sr. José Pedro Correia de Aguiar-Branco

Secretários: Ex.mos Srs. Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira
José António Ribeiro de Carvalho
Joana Fernanda Ferreira de Lima

S U M Á R I O

O Presidente declarou aberta a sessão às 14 horas e 31 minutos.

Procedeu-se ao debate, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 396/XVII/1.ª (PSD) — Procede à alteração da Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE), da Proposta de Lei n.º 46/XVII/1.ª (ALRAM) — Aprova a primeira alteração à Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica, dos Projetos de Lei n.os 461/XVII/1.ª (PAN) — Procede à primeira alteração à Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, reforçando os mecanismos de segurança e prevenção de violência contra mulheres no transporte em veículo descaracterizado a partir de plataforma eletrónica (TVDE), 465/XVII/1.ª (CH) — Altera o Regime Jurídico que estabelece a atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados (TVDE), 466/XVII/1.ª (CDS-PP) — Altera a Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que estabelece o Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE) e 472/XVII/1.ª (IL) — Liberalizar o Regime Jurídico dos TVDE (1.ª alteração à Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto), juntamente com os Projetos de Resolução n.os 643/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo uma

revisão, participada e baseada em evidência, do regime jurídico aplicável à atividade TVDE, reforçando a segurança, a fiscalização, a dignidade no exercício da atividade, a concorrência leal e a integração na mobilidade urbana e 656/XVII/1.ª (BE) — Direitos para os estafetas das plataformas digitais e para os motoristas de TVDE, com maior justiça e transparência para quem trabalha nestes setores. Usaram da palavra, a diverso título, os Deputados Gonçalo Lage (PSD), Luís Moreira Testa (PS), Inês de Sousa Real (PAN), Francisco Gomes (CH), Paulo Núncio (CDS-PP), Jorge Miguel Teixeira (IL), Frederico Francisco (PS), Carlos Barbosa (CH), Fabian Figueiredo (BE), Bruno Faria (PSD), Jorge Pinto (L), Paula Santos (PCP) e Alexandre Poço (PSD).

Foi apreciado, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 177/XVII/1.ª (CH) — Altera os critérios de atribuição de apoios sociais a cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, provenientes de Estados terceiros que não tenham celebrado um acordo de livre circulação de pessoas com a União Europeia. Intervieram, a diverso título, os Deputados Vanessa Barata (CH), Sónia Margarida Fernandes (PSD), Fabian Figueiredo (BE), Joana Cordeiro (IL), Filipe Sousa (JPP), Pedro Delgado Alves (PS), João Pinho de Almeida (CDS-PP), Tomás Pereira (L), Inês de Sousa Real (PAN), Dália Miranda (PS), Catarina Salgueiro (CH), Alfredo Maia (PCP), Paulo Edson Cunha (PSD) e André Ventura (CH).

Procedeu-se à apreciação do Decreto-Lei n.º 127/2025, de 9 de dezembro, que altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social [Apreciação Parlamentar n.º 5/XVII/1.ª (PS)], que deu origem ao Projeto de Resolução n.º 653/XVII/1.ª (BE) — Cessação de vigência do Decreto-Lei n.º 127/2025, de 9 de dezembro, que altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social. Usaram da palavra, a diverso título, além da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Maria do Rosário Palma Ramalho), os Deputados Miguel Cabrita (PS), Carla Barros (PSD), Armando Grave (CH), Fabian Figueiredo (BE), Joaquim Barbosa (PSD), Filipe Sousa (JPP), Marta Patrícia Silva (IL), Tomás Pereira (L), Alfredo Maia (PCP), Paulo Núncio (CDS-PP) e Felicidade Vital (CH). No encerramento, intervieram a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e o Deputado Eurico Brilhante Dias (PS).

Foi debatido o Projeto de Resolução n.º 49/XVII/1.ª (IL) — Trazer a gestão pública das unidades de saúde EPE para o século XXI, o Projeto de Lei n.º 474/XVII/1.ª (BE) — Elimina a possibilidade de privatização dos cuidados de saúde primários e dos cuidados hospitalares inseridos no Serviço Nacional de Saúde, na generalidade, e os Projetos de Resolução n.os 497/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo medidas complementares de descongestionamento do Serviço Nacional de Saúde, com vista ao cumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos, 637/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a designação de um responsável pela integração e governação da inteligência artificial em cada unidade local de saúde, 649/XVII/1.ª (PAN) — Pela despolitização das nomeações para os conselhos de administração dos hospitais EPE e das ULS, e 651/XVII/1.ª (L) — Por uma gestão pública, democrática e sustentável do Serviço Nacional de Saúde. Proferiam intervenções os Deputados Joana Cordeiro (IL), José Barreira Soares (CH), Mariana Vieira da Silva (PS), Fabian Figueiredo (BE), Joana Seabra (PSD), Inês de Sousa Real (PAN), Cláudia Estevão (CH), Paulo Muacho (L), Filipe Sousa (JPP), Francisco Sousa Vieira (PSD), Paula Santos (PCP), Pedro Pinto (CH) e Paulo Núncio (CDS-PP).

O Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 45 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde. Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as portas das galerias, para as pessoas que queiram assistir aos trabalhos.

Eram 14 horas e 31 minutos.

Pausa.

De acordo com a verificação da Mesa, já estão todos os grupos parlamentares presentes.
Peço ao Sr. Secretário da Mesa o favor de ler o que tiver de expediente.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, é apenas para dar nota de que estão disponíveis no portal da Assembleia as iniciativas que deram entrada na Mesa desde a nossa última sessão.

O Sr. **Presidente**: — Vamos, então, entrar no ponto um da nossa ordem do dia, com a discussão, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 396/XVII/1.ª (PSD) — Procede à alteração da Lei nº45/2018 de 10 de agosto que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE) e da Proposta de Lei n.º 46/XVII/1.ª (ALRAM) — Aprova a primeira alteração à Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que estabelece o regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica, conjuntamente com os Projetos de Lei n.os 461/XVII/1.ª (PAN) — Procede à primeira alteração à Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, reforçando os mecanismos de segurança e prevenção de violência contra mulheres no transporte em veículo descaracterizado a partir de plataforma eletrónica (TVDE), 465/XVII/1.ª (CH) — Altera o Regime Jurídico que estabelece a atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados (TVDE), 466/XVII/1.ª (CDS-PP) — Altera a Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto, que estabelece o Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica (TVDE), e 472/XVII/1.ª (IL) — Liberalizar o Regime Jurídico dos TVDE (primeira alteração à Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto), e com os Projetos de Resolução n.os 643/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo uma revisão, participada e baseada em evidência, do regime jurídico aplicável à atividade TVDE, reforçando a segurança, a fiscalização, a dignidade no exercício da atividade, a concorrência leal e a integração na mobilidade urbana, e 656/XVII/1.ª (BE) — Direitos para os estafetas das plataformas digitais e para os motoristas de TVDE, com maior justiça e transparência para quem trabalha nestes setores.

Para iniciar o debate, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Gonçalo Lage, do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Ex.mo Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.as e Srs. Deputados: A mobilidade nas nossas cidades mudou profundamente na última década, as plataformas digitais de transporte individual de passageiros tornaram-se uma parte da vida quotidiana de milhares de portugueses, utilizadores que procuram soluções de mobilidade mais flexíveis e motoristas que encontram neste setor uma oportunidade de trabalho.

Perante esta realidade, o papel do legislador não é ignorar a mudança nem travar a inovação, o papel do legislador é regular com equilíbrio, com bom senso e com visão de futuro.

É exatamente isso que o PSD faz, com esta Proposta de Lei n.º 396/XVII/1.ª. Esta proposta atualiza o enquadramento legal do setor TVDE (Transporte Individual e Remunerado de Passageiros em Veículo Descaracterizado), para responder a três sentidos e objetivos essenciais.

Em primeiro lugar, garantir regras claras e equilibradas no mercado, assegurando condições de concorrência justas entre todos os operadores.

Em segundo lugar, reforçar a transparência e a responsabilidade das plataformas num setor que hoje tem um impacto real na mobilidade urbana.

Em terceiro lugar, melhorar também o enquadramento do trabalho no setor, dando maior segurança a quem diariamente nele presta serviço.

Sr.as e Srs. Deputados, o setor TVDE já não é, de todo, uma realidade experimental. É hoje uma componente estrutural da mobilidade das nossas cidades.

Milhares de portugueses utilizam estes serviços todos os dias e milhares de motoristas dependem, todos os dias, destes serviços para obterem rendimento para si e para as suas famílias. Muitas vezes fazem-no trabalhando o tempo inteiro, outras vezes, até, de uma forma mais flexível, com uma liberdade de atuação que escolhe quem quer trabalhar, onde quer trabalhar e qual o serviço que, efetivamente, quer aceitar.

Ignorar esta realidade seria um erro, mas regular de forma excessiva, criando barreiras artificiais ou contingentes administrativos artificiais, seria igualmente um erro. Desde logo, provocaria uma diminuição substancial da oferta e também aumentaria o preço para o próprio utilizador. É por isto que o setor deve conviver de uma forma aberta com todos os intervenientes, ultrapassando conflitos históricos e acusações mútuas, partindo para um novo modelo integrado de mobilidade, em que todos, efetivamente, contribuem.

Precisamos, portanto, de um quadro legal que assegure equilíbrio, que assegure previsibilidade e que assegure uma concorrência saudável entre setores que colaboram para a mobilidade no seu conjunto.

É precisamente o objetivo desta proposta de lei regular para garantir regras justas, modernizar para acompanhar uma nova realidade, e assegurar, sobretudo, que a mobilidade do século XXI se faz com inovação, se faz com fiscalização, mas também, sobretudo, com responsabilidade. É este o caminho que aqui defendemos, é este o caminho que queremos prosseguir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Testa, do Partido Socialista, para o efeito. Tem 2 minutos, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Gonçalo Lage, o Sr. Deputado traz a esta Câmara a defesa de um projeto de lei que — não sei se o Sr. Deputado tem consciência disso — prejudica o seu alcance, porque o projeto de lei que o Sr. Deputado tem em mente não vai diminuir a concorrência, mas antes, e sobretudo, arrasar a concorrência.

É que o Sr. Deputado confunde dois serviços que são diferentes, tentando transformar dois serviços diferentes num só. É que o serviço de táxi é um serviço público de transporte individual de passageiros, e o serviço de TVDE é um serviço liberal, concorrencial.

Quando o Sr. Deputado tenta transformar duas coisas distintas numa só, aquilo que vai fazer é ajudar a que freguesias distantes — por exemplo, do concelho de Arruda dos Vinhos — se vejam privadas do serviço público de táxi.

O que é que vai acontecer? É que os táxis que, de manhã, transportam os idosos aos centros de saúde, vêm fazer, à tarde, serviço de TVDE para a Grande Lisboa, prejudicando as pessoas e prejudicando o transporte público.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Gonçalo Lage.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, antes de mais, queria agradecer muito a pergunta do Sr. Deputado Luís Testa, até porque, vindo do Partido Socialista, é um bom sinal, Sr. Presidente.

A lei foi aprovada em 2018, pressupunha que tinha três anos para ser revista, ficou na gaveta guardada, mais ninguém mexeu no assunto; não houve uma única vírgula ou linha…

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — É porque era boa!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — … que o Partido Socialista tivesse feito sobre esta matéria. É brilhante.

Aplausos do PSD.

Depois, Sr. Presidente, ainda parto para um outro ponto, que também considero muito interessante, que é o ponto de esquecer como funciona a mobilidade hoje em dia. O Partido Socialista está preso no passado, continua preso a 20 anos atrás.

Protestos do Deputado do BE Fabian Figueiredo.

O Partido Socialista não sabe como funciona em Espanha, não sabe como funciona em França, não sabe como funciona na Alemanha,…

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — … não sabe como funciona nos Países Baixos. O Partido Socialista não sabe nada disto.

E depois comete um outro erro claro, o de dizer que, hoje em dia, um transporte feito num táxi não concorre com o transporte TVDE. Ora, Sr. Deputado, vou dar-lhe uma grande notícia: ambos os transportes funcionam para a mobilidade e funcionam em concorrência. E o que nós queremos é que funcionem numa concorrência direta, saudável e regulada, porque ninguém vai obrigar nenhum táxi a fazer qualquer serviço, como ninguém obriga nenhum TVDE a fazer um serviço.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Um taxista, se quiser fazer um serviço de TVDE, fá-lo-á quando quiser, onde quiser e se quiser. E esta é a grande diferença de liberdade que nos distingue, a nós, do Partido Socialista, Sr. Presidente.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Esse é o problema!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Agradecemos ao PSD o agendamento deste debate, mas falar de mobilidade e falarmos dos TVDE implica falarmos também de segurança, em particular para as mulheres.

É que falar em transportes, em particular os transportes públicos ou de carácter privado, não é igual para todas e para todos. Para as mulheres não falamos apenas de uma viagem, mas sim num momento que, tantas vezes, é de tensão. Basta abrir o portal da queixa e vemos mulheres que relatam comentários de teor sexual durante as viagens;…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Claro! Com os imigrantes é verdade!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … mulheres que dizem que o motorista desviou o percurso sem explicação; ou mulheres que receberam mensagens impróprias depois de saírem do carro.

E, Sr.as e Srs. Deputados, este não é um debate sobre a imigração.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — É, é!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Fique claro que, ao longo da nossa vida e ao longo da história, infelizmente, são diferentes os transportes públicos onde as mulheres sofrem agressões de carácter sexual, seja no metro, no comboio, no autocarro, entre tantos outros.

Mas o debate que hoje aqui nos traz é precisamente sobre as plataformas eletrónicas de TVDE e, por isso mesmo, não vamos ignorar esta realidade, a que tantas mulheres são sujeitas.

Temos ainda relatos bastante graves de mulheres que ficaram atordoadas com o cheiro do ar-condicionado, carros que trancam em andamento, meninas de 15 anos que são tocadas de forma imprópria por motoristas,…

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — É verdade!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … e muitos destes casos acabam em violação ou, inclusivamente, noutras histórias de medo e de terror. São histórias de violência e de traumas para a vida, que marcam depois estas passageiras. Nenhuma mulher deveria passar por isto.

Houve uma tentativa de ter uma plataforma para que as mulheres pudessem escolher quem é que era o motorista, nomeadamente em função de ser um homem ou uma mulher. Por isso mesmo, o PAN apresenta hoje esta iniciativa, para proteger as mulheres que utilizam TVDE, pois queremos que a utilização da tecnologia torne estas viagens mais seguras, garantindo, por um lado, a obrigatoriedade do botão de pânico, e garantindo também, por outro lado, que as mulheres possam escolher com quem viajar, se assim o desejarem.

Por fim, não podemos esquecer a idoneidade dos motoristas.

Não faz sentido que alguém que possa ter tido condenações por violência sexual, inclusive de partilha de imagens, possa ter, neste caso, licença para circular.

Sr.as e Srs. Deputados, que fique claro que este é um debate sobre segurança na mobilidade, porque quando falhamos na mobilidade é uma viagem que fica para trás na vida das mulheres.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém bateu palmas à Inês!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Francisco Gomes, do Chega. Faça favor.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Sr.as e Srs. Deputados, muito simples: Chega de fechar os olhos àquilo que todos sabem ser verdade, porque aquilo que nasceu — e bem! — como inovação, transformou-se, inegavelmente, num mercado descontrolado. E um mercado descontrolado tem consequências.

Hoje, o setor TVDE é, infelizmente — infelizmente! —, um chamariz. Chamariz para a precariedade, chamariz para a ilegalidade, chamariz para redes que exploram, chamariz para quem vem não para trabalhar honestamente, mas para tirar partido de um sistema frouxo que desculpa quem cobre, que esconde. E quem paga? Quem paga?

Aplausos do CH.

Quem paga tudo isto?

Pagam os motoristas portugueses. Pagam os empresários portugueses. Pagam os que transportam e trabalham de forma clara. Pagam os que trabalham de forma honesta. Pagam os que veem o seu rendimento esmagado. Pagam as jovens que pedem um transporte, mas acabam assaltadas. Pagam as mulheres que pedem um transporte, mas acabam violadas.

Maio de 2025: «TVDE detido por rapto». Julho de 2025: «TVDE detido por violação».

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Já são dois!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Agosto de 2025: «TVDE acusado de violar passageira». Outubro de 2025: «TVDE persegue e viola vítima».

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Já são quatro!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Janeiro de 2026: «Adormece em TVDE, acorda com o motorista a violá-la».

O orador exibiu recortes de notícias de jornal que parafraseou.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E vão cinco! É para acabar com o setor!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Isto, senhores, é um ataque às nossas jovens, é um ataque às nossas mulheres, é um ataque ao nosso País.

Isto é um ataque ao nosso País!

Aplausos do CH.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — É para acabar com o setor!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — A desregulação é uma escolha. É uma escolha que destrói vidas, é uma escolha que destrói trabalho, é uma escolha que destrói quem cumpre a lei — pela esperteza de uns, a avareza de outros e a falta de vergonha descarada de terceiros.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Controlar o setor TVDE não é perseguição, é proteger, é dignificar, é garantir que quem trabalha está identificado. É garantir que quem conduz está habilitado. É garantir que quem trabalha, que quem opera, que quem está atrás do volante fala português.

Quem é honesto não tem medo da regulação, quem é trabalhador não tem medo da regulação, quem é de bem não tem medo da regulação. A falta de regulação interessa a quem vive nos esquemas e a quem vive na ilegalidade, a quem transforma Portugal numa selva a céu aberto.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

Quando as coisas correm mal, quando o rendimento aperta, quando os esquemas são denunciados, negam as verdades, culpam os táxis, jogam um contra os outros e é o salve-se quem puder. É esse o problema!

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

A proposta do Chega é muito clara: limita a intermediação para proteger o rendimento, impõe certificação para proteger o passageiro, fortalece sanções para punir quem engana e cria bases para contingentes nas autonomias. Não é só um bom projeto; é um grande projeto!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — A quem interessa o abuso de licenças? A quem interessa as contas partilhadas? A quem interessa a insegurança e a selva?

Perguntamos: quantas mais têm de ser raptadas? Quantas mais têm de ser roubadas? Quantas mais têm de ser violadas? Quantas?

Aplausos do CH.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

A nossa resposta é simples: vamos sempre defender!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Vamos a isso!

Protestos do Deputado do CH Pedro dos Santos Frazão.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Vamos sempre defender os motoristas portugueses. Vamos sempre defender os empresários portugueses. Vamos sempre defender as mulheres portuguesas. Vamos sempre defender que neste País haja lei. Vamos sempre defender que a lei é para cumprir.

Queiram ou não queiram, gostem ou não gostem, a bandalheira vai mesmo acabar!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Discutimos hoje várias propostas de alteração ao regime de TVDE em Portugal. Trata-se de um setor que cresceu significativamente nos últimos anos, mas que apresenta evidentes problemas de regulação, de qualidade de serviço e mesmo de segurança, que não podem continuar a ser ignorados.

Neste debate, o CDS apresenta um projeto de lei que assenta no mais elementar bom senso: quem presta um serviço regulado pelo Estado português tem, obrigatoriamente, que falar português.

Perguntam: então e os imigrantes que não falam português? É claro, de acordo com a proposta do CDS, não podem exercer a atividade de motoristas TVDE em Portugal.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Não sabem conduzir?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Porque é inaceitável a desordem e a balbúrdia que se vive todos os dias nas cidades portuguesas. É inaceitável que um cidadão português, que fala português em Portugal, não se consiga fazer entender com o motorista TVDE. É inaceitável e tem de acabar — e, com a proposta do CDS, vai acabar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O CDS vai acabar?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O que nós propomos é simplesmente que o acesso à atividade de motorista TVDE passe a exigir o domínio da língua portuguesa. Não é nada de excessivo, não é nada de radical, apenas o indispensável para que seja assegurado um serviço digno, seguro e adequado aos interesses dos clientes.

Porque, Srs. Deputados, num serviço de transporte de passageiros podem surgir situações de emergência, alterações, problemas e até pedidos dos clientes. E não é aceitável que um cidadão português, a falar português em Portugal, tenha de recorrer a línguas estrangeiras ou até a linguagem gestual para se fazer compreender, por parte do motorista TVDE.

Protestos do BE e do Deputado do PCP Alfredo Maia.

É inaceitável e, por isso, Portugal tem de se dar ao respeito. E isto vai acabar, com a proposta do CDS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas vai acabar o CDS?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas, Srs. Deputados, se o projeto do CDS assenta no mais elementar bom senso, o mesmo não se pode dizer de outros projetos apresentados por outros partidos. Ao longo dos anos,

assistimos a comportamentos graves no setor TVDE, muitas vezes envolvendo motoristas estrangeiros. Durante demasiado tempo, houve partidos políticos nesta Câmara que preferiram fingir que este problema não existia.

O próprio PS, que regulamentou a lei que permitiu um crescimento desenfreado deste setor sem fiscalização e que abriu a porta à imigração descontrolada, vem agora — imagine-se — propor o reforço dos critérios de segurança e de qualidade neste setor. Ou seja, quem criou o faroeste vem agora pedir ao novo xerife que ponha ordem na casa.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — É isso mesmo!

Risos do Deputado do PSD Alexandre Poço.

É preciso desplante, por parte do Partido Socialista!

Mas, Srs. Deputados, pergunto: onde é que esteve o PS nos oito anos de governação? O que é que fez o PS, para além de fechar os olhos à realidade deste setor?

Eu sei onde esteve o PS, esteve de braço dado com a extrema-esquerda a falar de perceções, enquanto os cidadãos portugueses enfrentavam situações que iam do desconforto à insegurança, passando mesmo pelo crime.

Protestos da Deputada do L Patrícia Gonçalves e do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Srs. Deputados, ainda bem que esta cura da oposição os fez despertar para a realidade. Mais vale tarde do que nunca!

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o projeto de lei do CDS não prevê nada de extraordinário,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Lá isso é verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … prevê apenas aquilo que o cidadão considera normal. Querem ser motoristas TVDE, muito bem: aprendam a falar português.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Em 2014, faz este ano 12 anos, apareceram as plataformas eletrónicas de mobilidade. Estas plataformas, que apareceram alguns anos antes noutros países, nomeadamente nos Estados Unidos, constituíram uma verdadeira revolução na mobilidade urbana.

Este novo modelo flexível é muito mais do que uma aplicação. Trata-se de um serviço que responde muito melhor às necessidades dos utilizadores, que tem uma compensação mais dinâmica para os motoristas e que apareceu como uma grande inovação não conhecida antes em Portugal — não tinha contingentes nem tinha restrições geográficas para quem quisesse prestar o serviço.

Agora, os chamados TVDE, segundo o regime de 2018, vieram verdadeiramente aumentar a eficiência das nossas cidades e da nossa mobilidade urbana, pois substituem muitas deslocações em veículo próprio, veículos próprios que ocupam lugares de estacionamento, que ocupam um espaço que é precioso nas nossas cidades.

Complementam também os transportes públicos nos chamados percursos de última milha, naqueles percursos que vão desde casa aos *hubs* de transporte ou dos *hubs* de transporte para o trabalho.

Depois de todas as guerras que foram feitas quando apareceram estas plataformas, viemos a descobrir que foram muitos os operadores e os motoristas que estavam noutros serviços que quiseram aderir a estas plataformas de mobilidade. É por isso mesmo, por servirem melhor as pessoas e os próprios motoristas, que muita e muita gente acabou por ser empregada neste setor.

Trata-se de um caso de sucesso. Houve um ganho de qualidade de vida e um ganho de serviço para todos nas nossas cidades.

Mas este regime foi aprovado em 2018, por uma lei que já na altura se percebia que seria insuficiente. Aliás, todo este processo de regulação começa com uma proposta de um Governo do Partido Socialista que era melhor do que aquela que acabou por ser feita a pedido do então Presidente da República e depois com algumas alterações feitas no Parlamento.

Ora, era suposto esta lei ser revista alguns anos depois, o IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP) fez a sua consulta em 2022 e o Governo do Partido Socialista nada fez, sabendo nós e conhecendo muitas das recomendações que já na altura eram feitas.

Ora bem, como é que nós podemos melhorar esta legislação para todos?

Primeiro, consideramos que devemos voltar a ter, de facto, preços livres, com uma dinâmica tarifária real que se ajuste aos percursos efetivamente percorridos e que não seja fixado antes de esse percurso efetivamente ocorrer — o que não é novidade nenhuma, é algo que já acontecia com os táxis.

Depois, revogar a contribuição fixada no artigo 30.º, pois não precisamos de uma contribuição regulatória quando esta atividade já paga os seus impostos. Esses impostos, sim, é que devem pagar pela atividade regulatória do Governo. Trata-se de uma contribuição sem qualquer contrapartida para quem está a operar neste setor.

Mas depois temos de discordar do PSD numa questão essencial. Hoje, táxis e TVDE são duas atividades muito diferentes. A Iniciativa Liberal está aberta ao princípio de que deveria haver um regime único de transporte privado de passageiros, se lhe quiséssemos chamar assim. Mas, a fazer isso, não pode ser desta maneira, que acaba por confundir as duas atividades e não por criar uma relação estável entre elas.

Finalmente, e não entrando em muito mais detalhes, afirmo aqui a disponibilidade da Iniciativa Liberal para trabalhar na revisão deste regime, em especialidade, e esperamos que daqui possamos finalmente rever uma lei que já devia ter sido revista há muito tempo.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Há um pedido de esclarecimentos do Sr. Deputado Luís Testa ao Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr. Deputado, o Partido Socialista tem a convicção de que a alteração que foi produzida no transporte individual de passageiros, já lá vão uns anos, foi uma alteração benéfica para o transporte em Portugal.

Todos os sistemas necessitam de ir sendo atualizados e Portugal tem diversos sistemas de transporte de passageiros. O transporte individual de passageiros tem dois sistemas que, do nosso ponto de vista, não podem e não devem ser confundidos.

Aplausos do PS.

A preservação do transporte público individual de passageiros é fundamental, sobretudo para as pessoas que vivem longe dos grandes centros urbanos.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Isso não tem nada a ver!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Preservar o transporte público individual de passageiros é fundamental, e nós percebemos o alcance das medidas da Iniciativa Liberal. Por isso, pergunto-lhe, tendo em conta as alterações que pretende introduzir, sendo menos abrangentes do que as do PSD, se não considera que as medidas que o PSD pretende alcançar são também elas medidas excessivas de desregulação do mercado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Jorge Miguel Teixeira tem 18 segundos, mais 15, para responder.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Testa, como o Sr. Deputado constatou, as alterações que a Iniciativa Liberal faz são diferentes daquelas que o PSD faz. E é justamente para não confundirmos o atual regime de serviço público, que abrange os táxis e os TVDE, que não concordamos com o modelo do PSD.

Aquilo que a Iniciativa Liberal defende é que isso deveria ser feito à parte de uma regulação mais abrangente, que reconhecesse o mercado tal como ele funciona agora.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Agora tem a palavra o Sr. Deputado Frederico Francisco, para uma intervenção.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, penso que, neste debate, até pelo número de propostas que existem, todos reconhecemos que há um desequilíbrio na atividade do transporte individual remunerado de passageiros.

A nós, parece-nos evidente que a Lei n.º 45/2018 precisa de ser revista. Isso, para nós, não oferece questão. O regime precisa de ser aperfeiçoado. A questão é em que sentido é que ela precisa de ser revista.

O sintoma do desequilíbrio que enunciei é, desde logo, a quantidade de atividade, de pedidos de audição e de audiência que, imagino, todos os partidos tenham recebido dos diferentes intervenientes neste setor: as plataformas, os empresários do setor do TVDE, os empresários do setor do táxi e aqueles que nunca chegam cá e que não têm voz, que são aqueles que andam a conduzir os automóveis.

Por isso, uma das nossas principais preocupações sobre esta atividade e sobre a reforma do setor do TVDE é como é que asseguramos, efetivamente, as condições de trabalho de quem anda a conduzi-los, porque se é verdade que aquelas pessoas têm — aquilo que se alega é que têm —flexibilidade e liberdade na sua prestação de serviço de trabalho, também é verdade que temos os relatos — e todos os conhecemos — de que as pessoas trabalham 10, 12, 15 horas por dia para conseguir ter o salário mínimo e de que não é possível, ou nós não sabemos hoje se é possível ou não, obter um salário mínimo e ter um nível razoável de proteção social no trabalho, com um horário de trabalho razoável, que é o das 40 horas semanais.

Portanto, nós achamos que qualquer revisão do regime tem de assegurar isto. Tem de assegurar, como o Sr. Deputado Luís Testa já mencionou, a preservação do transporte público de táxi, que, em grande parte do território do País, é o único serviço de transporte público que existe, e, de facto, se permitirmos, como o PSD propõe, que qualquer táxi possa funcionar como TVDE em qualquer zona do território, o que vai necessariamente acontecer é que os táxis vão convergir para as zonas do País onde existe maior procura de serviços e deixamos de ter assegurado o serviço de transporte onde ele é necessário,…

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É verdade!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — … para não ficarem parados nas praças de táxis, a olhar para as paredes!

Voz do PS: — O País não é Cascais!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Mas eu queria ir diretamente à intervenção do Sr. Deputado Paulo Núncio. O Sr. Deputado Paulo Núncio pergunta onde é que esteve o PS.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Esse é um bom ponto!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Ora, o PS esteve oito anos no Governo, é verdade, e foi durante esses oito anos que este setor de atividade surgiu. E, na altura, o PS, no Governo, criou um regime legal, que até foi elogiado. E agora vêm os partidos da direita a querer ir mais longe do que foi o regime legal que o PS aprovou, no sentido daquelas que nós hoje consideramos serem algumas das suas insuficiências e alguns dos seus defeitos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bandalheira!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Por isso, o PS está hoje onde esteve nessa altura; está aqui, agora, com a humildade de reconhecer que nós não temos soluções para os desequilíbrios que identificamos,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não têm soluções, exatamente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — … com a humildade de identificar os problemas, a pedir ao Governo que estude e inicie esse processo. O Governo também já está em funções há quase dois anos e nós não estamos hoje aqui a discutir uma iniciativa do Governo, estamos a discutir uma iniciativa do PSD. Portanto, nós estamos aqui exatamente onde sempre estivemos, reconhecendo os méritos…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Nem proposta têm!

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — … daquilo que fizemos no passado, mas também reconhecendo os defeitos e o que precisa de ser corrigido, em relação ao que fizemos no passado.

As propostas que temos hoje, aqui, não só não resolvem os desequilíbrios que existem, como, em alguns casos, os acentuam. De facto, a única coisa que identificamos aqui é que, de entre os diferentes intervenientes neste setor, só há um interveniente no setor que está satisfeito, que está razoavelmente satisfeito com o regime que atualmente existe, que são os mesmos que também estão satisfeitos com estas propostas, ou seja, os gestores das plataformas.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado não tem tempo para responder, mas tem um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não convém responder, por isso é que não tem tempo!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Carlos Barbosa, do Chega, faça favor, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Frederico Francisco, posso-lhe dizer que é a primeira vez que eu concordo com um socialista.

Voz do PSD: — A sério?

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Vocês realmente não têm soluções, essa é a realidade. Não têm soluções.

Aplausos do CH.

E o debate de hoje traz um detalhe curioso e, de certa forma, hipócrita: o Partido Socialista vem recomendar ao Governo que revise a lei dos TVDE. Se isto fosse um programa de *stand-up comedy*, o PS já teria ganhado.

Risos do CH.

Mas convém lembrar um pequeno pormenor, que parece ter escapado à memória do PS: essa lei foi aprovada em 2018 e o Partido Socialista governou durante praticamente todo o período em que ela esteve em vigor.

Protestos do Deputado do PS Frederico Francisco.

Ou seja, durante anos, assistimos ao crescimento explosivo do número de motoristas, denúncias de fraude e utilização indevida de licenças, precariedade, falta de fiscalização eficaz, criminalidade grave associada. E o que é que o Partido Socialista fez durante este período? Nada!

Agora, depois de sair do Governo, o PS descobre subitamente que, afinal, é preciso rever a lei. É curioso, quando tinham poder para legislar, não o fizeram.

Agora que estão na oposição, recomendam. É a política da recomendação, política de «alguém tem de fazer alguma coisa».

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Vergonha!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Enquanto isso, temos hoje em discussão vários projetos de lei que propõem alterações concretas ao regime, designadamente o do Chega: reforço da verificação de identidade dos motoristas, ligação direta das plataformas à base de dados IMT (Instituto da Mobilidade e dos Transportes) para validar licenças, limites às comissões das plataformas. Ou seja, uma intervenção legislativa concreta num setor que o próprio PS reconhece estar cheio de problemas.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — A diferença é simples: o Partido Socialista apresenta uma recomendação para estudar, os outros apresentam propostas para legislar.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — A pergunta é inevitável, mas também não precisa de responder, que já deu a resposta: o vosso projeto é uma proposta séria de reforma do setor ou apenas um exercício político para esconder a inação do Partido Socialista enquanto esteve no poder?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Pedia aos serviços para anotarem 10 segundos de cedência de tempo do Livre para o Partido Socialista.

Risos do CH.

Burburinho na Sala.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Então, vocês não querem respostas?!

O Sr. **Presidente**: — Portanto, o Sr. Deputado dispõe, para esclarecer — qual multiplicação dos pães —, de 17 segundos.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Carlos Barbosa trouxe a redação feita de casa, mas enganou-se no tema. A discussão não é criminalidade na imigração, a discussão é transportes e regulação económica.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do CH.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Ah pois, isso não interessa!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mal empregue, o tempo de resposta!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, para uma intervenção. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente. Sr.as e Srs. Deputados: Sr. Deputado Paulo Núncio, estamos totalmente de acordo, o domínio da língua é essencial para a integração em Portugal,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ainda bem! Então, votem favoravelmente a nossa proposta!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … mas nós estaremos cá no dia em que o CDS-PP se indignar pelo facto de termos pessoas que residem e trabalham em Portugal há 10 anos, já receberam 100 milhões de euros do Estado português e não falam uma frase de português, como é o caso do dono da *Web Summit*.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Votem favoravelmente a nossa proposta!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Nunca ouvi o CDS indignar-se com isto. Agora, com os trabalhadores que chegam cá, que se integram, que cumprem o serviço essencial, aí vem toda a indignação patriótica do CDS! Mas não o oiço a dizer o mesmo para os membros dos conselhos de administração ou a membros do Conselho das Finanças Públicas.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — A vossa proposta é uma vergonha!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Aí, toda a violência da xenofobia do costume. Para a preservação da língua portuguesa, uma sociedade coesa, onde nós consigamos convergir e divergir partilhando a mesma língua, aí o Sr. Deputado já mete o seu patriotismo, dividido às fatias.

Já agora, fica um apelo: a Assembleia da República podia dar um exemplo patriótico, pessoano, bem mais sólido, se toda a gente aqui tratasse a língua portuguesa com a dignidade que ela merece.

Risos do L.

E dignidade é também o que merecem os trabalhadores dos TVDE. Hoje em dia, ninguém imagina uma cidade sem os estafetas, sem os motoristas — são mais de 100 000. E é por isso que é tão importante que a Assembleia da República traga regulação para o setor. Nós todos conhecemos casos de trabalhadores que têm jornadas de 10, 12 horas e com isso não conseguem pagar as contas. É preciso uma retribuição justa, transparência para o algoritmo, atendimento presencial e, sobretudo, garantir que não é o utente que paga.

Não deixa de ser curioso que há milhares de *Ubers*, de *Glovos*, trabalhadores de TVDE que têm todos os dias dificuldade em garantir um rendimento digno; mas, ao mesmo tempo, temos as grandes plataformas com lucros históricos e milionários. E é preciso meter ordem nesta Casa para garantir que os motoristas e os estafetas tenham um rendimento justo e que os utentes tenham o serviço que merecem.

Aplausos da Deputada do PS Susana Correia e do Deputado do L Paulo Muacho.

O Sr. **Presidente**: — A mesma situação, o Sr. Deputado tem um pedido de esclarecimento e… logo se verá!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, pede tempo ao Livre, que não tem nada para dizer!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Bruno Faria, do PSD, faça favor, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, bem, a proposta que hoje o PSD aqui apresenta vem modernizar o setor, vem defender o consumidor e, sobretudo, também vem o quê? Reforçar a confiança nas plataformas.

Mas o Bloco de Esquerda esqueceu-se de uma coisa: nós, hoje, estamos aqui a debater o transporte de passageiros, não estamos aqui a trabalhar nem a defender as limitações de mercado. Não estamos a defender nem a debater o que é a desregulação do serviço que já funciona.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Pois é!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Não é a mesma coisa?

O Sr. **Bruno Faria** (PSD): — Mas, Sr. Deputado, reduzir a flexibilidade do serviço, impor taxas mínimas às plataformas, por si só, irá fazer o quê? Aumentar o preço das viagens.

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

Sr. Deputado, a questão que aqui apenas podemos deixar é esta: que mais é que o Bloco de Esquerda quer limitar e que mais é que o Bloco de Esquerda quer tabelar? Porquê? Se nós hoje queremos flexibilizar o mercado, se hoje queremos dar melhores condições a quem presta este serviço e se queremos dar as melhores condições a quem usufrui do transporte TVDE, Sr. Deputado, acho que está enganado no projeto de resolução que o Bloco de Esquerda apresentou.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O PSD cede ao Bloco de Esquerda 20 segundos. Pedia aos serviços para anotarem, por favor.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, faça favor, tem a palavra para responder.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, quero agradecer ao PSD a cedência do tempo.

A questão é muito simples: um motorista deve ter um rendimento-base para qualquer viagem. É como o Sr. Deputado, tem um salário fixo. Porque é que os senhores da TVDE não devem merecer a mesma dignidade de qualquer um? Defendemos que tenham um rendimento-base,…

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — E o preço do café? Também manda subir o preço do café?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … e é por isso que é preciso regular as plataformas, que, aliás, Sr. Deputado, não precisam da sua…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, percebeu-se o sentido do esclarecimento.

E agora vou dar a palavra ao Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Concentro esta minha curta intervenção na adaptação do regime de transporte de veículos TVDE às realidades específicas das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Na verdade, nos últimos anos, assistimos a um crescimento significativo destes veículos TVDE nestes territórios. Num contexto insular, marcado por redes viárias limitadas, zonas urbanas concentradas e características orográficas exigentes, este aumento tem gerado desafios concretos para a mobilidade, para a segurança rodoviária e para o equilíbrio entre os vários modelos de transporte que todos nós conhecemos.

Em suma, aqui não está em causa restringir injustificadamente a atividade económica; acima de tudo, pretende-se dotar os governos regionais de uma ferramenta bem fundamentada para gerir a oferta neste setor.

Por isso, acompanharei todas as propostas que visem, acima de tudo, proteger o interesse público, a segurança dos cidadãos, como já aqui foi referido, e também a sustentabilidade do sistema de transporte que as nossas regiões autónomas bem reivindicam.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, para uma intervenção. Faça favor.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, cumprimento também os concidadãos nas galerias.

Este debate é importante e agradeço ao PSD o seu agendamento, porque nós, nesta Câmara, legislamos sempre de uma de duas maneiras: ou correndo atrás do prejuízo, tentando regulamentar algo que já existe — que foi o que aconteceu no caso dos transportes dos TVDE —, ou então antecipando estas questões.

E é evidente que esta lei de 2018 teve várias falhas, ela deveria ter sido revista ao final de três anos, e não aconteceu. Felizmente, hoje isso está a acontecer e também não é por acaso que há tantas propostas hoje trazidas a debate.

Para o Livre, há cinco pontos que são essenciais neste debate, desde logo, assegurar a proteção laboral de todos os trabalhadores — dos táxis e dos TVDE; assegurar a qualidade dos serviços prestados; assegurar a garantia dos direitos dos consumidores, aqueles que recorrem a este tipo de transporte; assegurar também a segurança rodoviária; e, por fim, assegurar aquilo que deve ser óbvio, a justa concorrência entre os táxis e os TVDE.

Nesta panóplia de propostas que hoje temos a debate há algumas com as quais nós concordamos. Como acabámos de ouvir, há especificidades nas regiões autónomas que devem ser respeitadas, essas propostas o Livre irá, certamente, acompanhar.

Na proposta do PSD, na qual me vou focar um pouco, porque acredito que é a que está mais próxima das intenções do Governo, há coisas com as quais nós concordamos. Neste debate é importante também dizer e elogiar os pontos positivos desta proposta, desde logo, a partilha de dados em tempo real com o IMT parece-nos um ponto positivo, a clarificação do processo de licenciamento parece-nos um ponto positivo, a aclaração, ou dotar o IMT de maior possibilidade de regulação, parece-nos um ponto positivo.

Há, no entanto, problemas que nos parecem ser de fundo, como a abertura à escala nacional — como também já aqui ouvimos de outros grupos parlamentares — do setor do táxi ao TVDE. Esta abertura até pode ser feita e nós até estamos abertos a ter esse debate na especialidade, mas ter esta proposta abrangente a nível nacional, quando o táxi é, efetivamente, o único meio de transporte público numa boa parte do território nacional, parece um risco e é algo que nos assusta muito nesta proposta.

Um segundo ponto que também nos preocupa é a eliminação dos tetos das tarifas flexíveis, aliás, na linha daquilo que também é a proposta da Iniciativa Liberal. Preocupa-nos porque não sabemos o que está por detrás dos algoritmos que definem estas tarifas. Não sabemos, eles são secretos. Não sabemos! Não sabemos quando é que eles são alterados. No fundo, estamos a aceitar a não existência de um teto que vem de um algoritmo que nós não sabemos quando é que é modificado…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — … e que, no limite, pode estar a ser modificado no preciso momento em que um fenómeno qualquer extremo vai fazer com que este teto máximo seja ultrapassado e exploda.

Protestos da IL.

Portanto, estas duas situações preocupam-nos porque são sérias. De resto, estamos muito disponíveis a ter este debate na especialidade, porque o assunto é importante.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do Partido Comunista Português.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O projeto de lei que o PSD propõe acrescenta mais injustiça à injustiça criada com a liberalização do transporte remunerado de passageiros em viatura ligeira, promove ainda mais a exploração dos trabalhadores e introduz maior conflitualidade no setor do táxi.

O PSD quer equiparar táxi e TVDE ao possibilitar que os táxis possam atuar como TVDE em alguns períodos, entregando mais um setor às multinacionais detentoras destas plataformas, para lá das consequências no plano da oferta e da facilitação da fraude, que pode, inclusivamente, levar à perda de coesão territorial, com a deslocação de táxis de zonas rurais para zonas urbanas.

O PSD quer alargar as plataformas aos quadriciclos e triciclos, vulgo *tuk-tuk*, para os colocar ao serviço destas multinacionais e transformá-los, na prática, num serviço de passageiros; quer eliminar os critérios para a tarifa dinâmica, permitindo que as plataformas possam aumentar as tarifas sem qualquer limite em momentos de maior procura, legalizando a especulação; quer introduzir filtros de linguagem, quando o que se deve assegurar é que os trabalhadores falem português.

Mais uma vez, o PSD, ao invés de defender os trabalhadores e o interesse nacional, está mesmo ao serviço dos grupos económicos que gerem estas plataformas. Aliás, quem saiu beneficiado com a lei de 2018 foram as multinacionais donas das plataformas a operar em Portugal, prejudicando-se todos os outros, os trabalhadores e empresários do setor, os utentes, o setor do táxi e os utilizadores da rede viária.

A remuneração do trabalho é tão baixa que quem estiver disponível para trabalhar 12, 14 ou 16 horas por dia, todos os dias, continua a ver as suas condições de vida e de trabalho a degradarem-se, além de também colocarem em causa a segurança rodoviária.

Esta proposta do PSD não resolve nenhum destes problemas, ainda contribui para o seu agravamento.

O PCP entregou o Projeto de Lei n.º 506/XVII/1.ª para regular efetivamente o TVDE e proteger os trabalhadores dos sistemáticos abusos, e combater a exploração de que são alvo. Na nossa iniciativa, propomos a criação de uma tarifa mínima, que impeça a plataforma de impor preços abaixo dos custos de produção; a redução da taxa máxima que a plataforma pode cobrar para 10 %, isto para uma mais justa distribuição da receita gerada; a redução do número de viaturas a operar, introduzindo contingentes a determinar pelos municípios ou entidades intermunicipais ou regionais.

Sr. Presidente, estamos solidários com os motoristas de TVDE, alvo de uma exploração desenfreada e que, ainda por cima, são aqui insultados, mas, em relação às multinacionais, que exploram e empurram os trabalhadores para a pobreza extrema, nenhuma palavra, não fora o PCP.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Vocês nunca quiseram os TVDE!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Na altura, quando se discutiu esta lei, ficámos sozinhos, tendo-se registado os votos favoráveis do PS, do PSD e do PAN. Alertámos para o facto de isto não ser uma questão de tecnologia, mas, sim, de concorrência desleal. Por isso, não se insista nos erros e faça-se o que é preciso.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para o encerramento deste ponto da ordem do dia, dou a palavra ao Sr. Deputado Alexandre Poço, do PSD, que dispõe de 3 minutos e 7 segundos.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Para a conclusão deste debate, há três apontamentos que eu gostava de destacar, em nome da bancada do PSD.

O primeiro não deixa de ser um pouco irónico, porque está muito relacionado com algo que o próprio Partido Socialista acabou por fazer, ou seja, uma confissão a meio do debate.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — A lei de 2018, como já aqui foi dito abundantemente, previa uma revisão em 2021, mas o Partido Socialista ignorou esse período de revisão e, portanto, em 2021 não reviu nada.

Passaram quase oito anos e é natural que o Partido Social Democrata, que está no Governo desde 2024, tenha avançado, já então, com um projeto de resolução e um projeto de lei para conseguir rever este regime.

Acontece que as oposições se juntaram para nos derrubar, tivemos de ir novamente a eleições pedir a confiança ao povo português…

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos do Deputado do CH André Ventura.

Protestos do Deputado do CH Francisco Gomes.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — … e estamos novamente aqui com este projeto, para rever esta lei.

Mas o melhor foi que hoje o Deputado Frederico Francisco disse o seguinte: «O PS não tem soluções para os problemas aqui identificados.» Portanto, várias bancadas apresentaram os seus projetos de lei após o pontapé de saída que o PSD decidiu dar a este debate para se conseguir fazer a atualização de um regime, oito anos depois de ele ter sido criado, sabendo todos nós que isto não é apenas uma revisão técnica; é, sim, garantir que a legislação acompanha a realidade de um setor que, ao longo dos últimos oito anos, nos apresentou muitos desafios, muitos problemas. E penso que, e esta é uma conclusão óbvia, a atual legislação não acompanha a realidade.

Qual é a resposta do partido que, nas últimas três décadas, mais tempo esteve na governação do nosso País? Não tem soluções para os problemas aqui identificados!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Em segundo lugar, o PSD, neste debate, está com uma postura muito clara: nem anarquia, nem hiper-regulação. Aquilo que queremos é inovação, segurança e qualidade do serviço. E é por isso que, sim, temos mais exigências de fiscalização e transparência para combater a fraude. É por isso que, sim, defendemos a língua portuguesa, garantindo que quando um utilizador pretende que o motorista fale português, que lhe apareça um motorista que saiba falar português. É por isso que defendemos que exista uma separação óbvia entre a formação e a capacidade de operar e de conduzir um carro, para que não existam conflitos de interesse. É por isso que, por outro lado, garantimos autonomia para as regiões autónomas, percebendo as especificidades do seu território; e é por isso que clarificamos responsabilidades entre operadores e plataformas.

Por fim, porque não quero fugir ao tema, não estamos aqui para gerar guerras entre o setor do táxi e o setor do TVDE.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — O PSD não quer alimentar essa guerra; o que o PSD quer é permitir que, quer o setor do táxi, quer o setor do TVDE, possam ajudar a resolver o problema da mobilidade urbana. Nós nunca alimentaremos essa guerra entre os dois setores.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, antes de passarmos ao próximo ponto da ordem do dia, vou anunciar à Câmara, até porque as galerias já estão suficientemente preenchidas, que se encontram a assistir aos nossos trabalhos um grupo de alunos e professores da Escola Secundária de Albufeira; um grupo de cidadãos do Passeio Municipal Sénior, de Paços de Ferreira; um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas Prof. Ruy Luís Gomes, de Almada; um grupo de alunos e professores da Escola Secundária Dona Filipa de Lencastre, de Lisboa; um grupo de alunos e professores da Associação de Estudantes da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa do Porto; um grupo de alunos e professores do Agrupamento de Escolas Figueiramar, da Figueira da Foz; um grupo de convidados da Escola Secundária de Rio Tinto; um grupo de

alunos do Agrupamento de Escolas de Paredes de Coura; e um grupo de alunos do ISCTE (Instituto Universitário de Lisboa), de Sintra.

Aplausos gerais.

Srs. Deputados, vamos agora passar ao segundo ponto da ordem do dia, que consiste na discussão, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 177/XVII/1.ª (CH) — Altera os critérios de atribuição de apoios sociais a cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, provenientes de Estados terceiros que não tenham celebrado um acordo de livre circulação de pessoas com a União Europeia.

Para apresentar o diploma, dou a palavra à Sr.ª Deputada Vanessa Barata, do Chega.

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Portugal construiu, ao longo de décadas, um sistema de segurança social baseado num equilíbrio simples, o de que quem trabalha e contribui financia um sistema que protege quem se encontra em situação de vulnerabilidade. Esse equilíbrio é a base da confiança dos cidadãos no Estado e a raiz do contrato social.

Mas, hoje, determinadas prestações da segurança social, como o rendimento social de inserção ou o abono de família, podem ser atribuídas sem que exista um período mínimo de residência legal consolidada em Portugal. Ou seja, alguém que chegue a Portugal, que não tenha qualquer intenção de aqui trabalhar ou de aqui se fixar permanentemente e que nunca tenha contribuído para a Segurança Social, vai ter direito a prestações financiadas pelos contribuintes portugueses.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Isso é treta!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Srs. Deputados, Portugal não pode ser um país de direitos para quem vem e de deveres para quem sempre cá esteve.

Aplausos do CH.

Contribuições prévias para o Estado devem ser condição necessária para se aceder à segurança social. E mais — só assim se garante equidade —: não podem ser os contribuintes portugueses a estender a mão aos imigrantes que chegam a Portugal e que, imediatamente, pedem subsídios. O que é que os trouxe cá, se a primeira coisa que fazem é pedir subsídios?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Porque não asseguram meios de subsistência antes de se fixarem em Portugal? E, mais importante do que isso: será que escolheram Portugal precisamente — precisamente — por essa razão?

Aplausos do CH.

Por saberem que aqui é muito fácil obter apoios do Estado, dinheiro a cair na conta, sem nunca terem contribuído um cêntimo — um cêntimo — para a economia e para a riqueza do nosso País.

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — E, na verdade, Srs. Deputados, para quê contribuir e trabalhar se podem fazer a sua vida acumulando prestações sociais pagas por todos nós?

É preciso mudar este paradigma, estimular o trabalho, a criação de riqueza, a ligação ao país que nos acolhe, ao respeito pelos valores da Nação, pelo dinheiro dos contribuintes, que todos os dias se levantam cedo para irem trabalhar e para darem ao Estado uma parte do fruto do seu trabalho.

Esta proposta é sobre isso: profundo respeito por quem contribui, profundo respeito por quem trabalha, profundo respeito por quem sustenta Portugal.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Srs. Deputados, esta proposta do Chega é também o teste do algodão para quem diz que quer uma imigração regulada, fiscalização da justiça e da justiça social. Atualmente — deixem-me dizer-vos isto —, para aceder ao complemento solidário para idosos é necessário ter residência legal em Portugal há seis anos. Portanto, se for um idoso numa fase final da sua vida, que já nem sequer pode trabalhar, tem de ter residência há seis anos, mas para o RSI (rendimento social de inserção) é só entrar, estender a mão e usufruir.

Não compactuaremos com isto. Por mais justiça social, por mais Portugal!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, inscreveu-se a Sr.ª Deputada Sónia Fernandes, do PSD, a quem dou a palavra.

A Sr.ª **Sónia Margarida Fernandes** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Chega traz-nos hoje esta iniciativa legislativa, que pretende alterar as regras de acesso a apoios sociais para estrangeiros.

Sobre esta iniciativa, o Partido Social Democrata quer clarificar aquilo que realmente importa para os portugueses. Esta proposta surge, precisamente, como consequência direta do caos migratório herdado de oito anos da governação do Partido Socialista.

Aplausos do PSD.

Vozes do CH: — Ah…!

A Sr.ª **Sónia Fernandes** (PSD): — Foi o Partido Socialista, com a aprovação da Lei n.º 18/2022, que facilitou a imigração, criando vistos para a procura de trabalho e reforçando o papel das manifestações de interesse, e, com isto, abriu portas para o «salve-se quem puder», saturando os nossos serviços públicos e a nossa segurança social sem qualquer planeamento de integração.

Por isso, hoje, o Chega apresenta-nos propostas como esta, que nós entendemos que roçam o populismo,…

Protestos do CH.

… mas o PSD responde com governação.

Ao contrário do PS, que geriu a imigração com irresponsabilidade, o atual Governo PSD está a repor a ordem: acabámos com a manifestação de interesses;…

Aplausos do PSD.

… exigimos vistos na origem; criámos o plano de emergência e transformação da AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo); estamos a garantir que a imigração em Portugal é segura, ordenada e integrada, respeitando quem cá chega, mas protegendo, acima de tudo, os contribuintes portugueses.

Por isso, perguntamos, Sr.ª Deputada Vanessa Fernandes,…

Vozes do CH: — Vanessa Barata!

A Sr.ª **Sónia Margarida Fernandes** (PSD): — … se não concordam que as medidas estruturais que este Governo já implementou são mais eficazes e responsáveis do que as alterações casuísticas, como aquela que agora nos propõe na lei de apoios sociais.

Protestos da Deputada do CH Cristina Rodrigues.

De facto, o PSD quer um País de portas abertas à humanidade e não um País de portas abertas ao descontrolado. Queremos regras, ordem e dignidade, algo que o PS nunca soube garantir e que o PSD está a recuperar.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Qual é a diferença, se as portas estão abertas?

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para responder, a Sr.ª Deputada Vanessa Barata. Vanessa Fernandes era outra.

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — A comparação até é elogiosa.

Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, estamos de acordo em relação à herança pesada do Partido Socialista nesta matéria, mas é só aí que estamos de acordo, porque, de facto, os Srs. Deputados e o vosso Governo falam muito em imigração regulada, mas, na hora de decidir e de encarar o problema, têm medo da própria sombra.

Como diz o regionalismo, não podemos querer «sol na eira e chuva no nabal» — não podem dizer que querem ordem na imigração e, ao mesmo tempo, proporcionar este efeito de chamada, que sobrecarrega a Segurança Social e que é profundamente injusto para os contribuintes portugueses.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Não sobrecarrega nada! Sobrecarrega os contribuintes!

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Portanto, é tempo de escolherem se estão com quem trabalha e com quem contribui ou se vão continuar reféns daquilo que disse, do politicamente correto, reféns do socialismo que nos destrói e com quem os senhores querem continuar a compactuar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O projeto que o Chega hoje nos traz é um prodígio de ficção estatística.

Na exposição de motivos alegam que apenas 300 000 imigrantes trabalham,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Metade dos que cá estão!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … mas a realidade bancária da Segurança Social é teimosa. São mais de 840 000 contribuintes ativos que injetaram 4 mil milhões de euros no sistema só no último ano.

Protestos do CH.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não sei se com isto se esgota o propósito do projeto do Chega. Dizem que querem regular o acesso a apoios, mas ignoram que o sistema previdencial é contributivo, só recebe quem contribui.

Protestos do CH.

Nos apoios de solidariedade, a matemática ainda é mais humilhante: por cada euro que um imigrante recebe em prestações, devolve-se sete ao Estado.

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Não sabe o que está a dizer!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O resultado é um excedente de 3 mil milhões de euros. A verdade é que o Chega pode não perceber nada de matemática e contas públicas, mas parece perceber à brava de aritmética privada.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — É o Bloco que percebe de matemática!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Enquanto aqui fingem combater um problema que não existe, lá fora, se calhar, deviam combater o problema de ter militantes, como Mafalda Livermore, a gerir impérios de arrendamentos ilegais a imigrantes.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Pelos vistos, o Chega só não gosta de imigrantes quando contribuem para o Estado; quando servem para encher os bolsos a militantes, com rendas clandestinas, já não há bandalheira nenhuma.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado André Ventura está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **André Ventura** (CH): — Para fazer um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem 1 minuto.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, estamos a debater a imigração em Portugal, teremos tempo e fá-lo-emos, certamente, no momento certo para debater os disparates que o Sr. Deputado Fabian Figueiredo acabou de dizer sobre a imigração.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Não disse mentira nenhuma!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Mas há uma coisa que eu, Sr. Presidente, não posso deixar passar como presidente deste partido. É que ouvimos o Bloco de Esquerda dizer que há uma militante do Chega que está no imobiliário com negócios milionários.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E há!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Eu pensei que não era o Bloco que estava a dizer isto, mas era. Era mesmo o Bloco de Esquerda. Era mesmo o Bloco de Esquerda, do Ricardo Robles, da Catarina Martins, e de outros, que está a falar disto. Era mesmo esse Bloco de Esquerda!

Aplausos do CH.

Protestos do L, do BE e de Deputados do PS.

Sr. Deputado, tenho de lhe dizer isto com toda a clareza: se há neste Parlamento algum partido que já nos deu bom exemplo — bom exemplo pelas más razões —…

Protestos de Deputados do PSD.

… do que é ser absolutamente hipócrita e, enquanto fala de imobiliário, mete dinheiro ao bolso é o Bloco de Esquerda.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Ouvimos, com clareza, o protesto e agora o Sr. Deputado Fabian Figueiredo tem direito a contraprotesto, de 1 minuto, se desejar exercer.

Protestos do CH.

Portanto, vamos ouvir o contraprotesto nas mesmas condições em que ouvimos o protesto. Tem 1 minuto.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado André Ventura, agradeço-lhe imenso ter colocado esta questão, porque o Sr. Deputado citou mentiras e eu citei uma reportagem jornalística que toda a gente pode ver.

Vozes do CH: — Ah!…

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Mentiras?! Mentiras?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É que Mafalda Livermore, ainda por cima, Sr. Deputado, como Deputados da sua bancada citaram publicamente, foi nomeada à troca de um acordo por lugares. Portanto, o caso é duplamente penoso para o Chega.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Tacho!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Mafalda Livermore recebe um cargo público para o Chega viabilizar a governação do Eng.º Carlos Moedas e, veja-se lá, gere um império imobiliário para extorquir imigrantes — as rendas eram a mais de 600 €, Sr. Deputado!

Aplausos do L.

Sobre isso, não lhe ouvi uma palavra, tal como não lhe ouvi uma palavra da defesa de honra, que o vereador que o Sr. Deputado escolheu para estar na Câmara de Lisboa, faz do negócio de Mafalda Livermore.

Sr. Deputado, é preciso acabar com a bandalheira. Comece em casa.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente**: — Por transparência, devo dizer uma coisa. Nos termos regimentais, o uso do tempo para protesto e contraprotesto tem de estar contido no tempo do grupo parlamentar. Eu enganei-me, errei, é humano, e dei a palavra para o contraprotesto pensando que tinha esse minuto a mais no que diz respeito ao tempo do grupo parlamentar. Portanto, fica aqui este reparo, que é verdadeiro, mas não tenho todas as regras do Regimento na ponta da língua.

O Sr. **André Ventura** (CH): — O Bloco tem sempre uma vantagem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O projeto de lei que o Chega traz hoje a debate pretende alterar as regras de acesso ao RSI (Rendimento Social de Inserção), exigindo cinco anos de residência legal em Portugal aos cidadãos estrangeiros de fora da Europa ou sem acordo.

A primeira pergunta que devemos fazer é simples: que problema concreto é que o Chega está a tentar resolver? Porque os dados dizem exatamente o contrário daquilo que o Chega diz. Segundo os dados mais recentes da Segurança Social, o número de beneficiários do RSI está no valor mais baixo dos últimos 20 anos — 20 anos, Srs. Deputados! —, desde 2006.

Protestos do CH.

Em janeiro de 2026, havia cerca de 163 000 beneficiários do RSI, menos quase 10 000 pessoas do que em janeiro de 2025. Portanto, o problema que o Chega diz querer resolver não existe, o RSI não está a crescer, está a diminuir.

Protestos do CH.

O pior de tudo isto, Srs. Deputados, é que, como sempre, quando não existe um problema real, o Chega faz aquilo que já conhecemos — cria um inimigo público e, neste caso, mais uma vez, escolheu os estrangeiros.

Este diploma não é apenas politicamente errado, é também juridicamente muito duvidoso, e tanto assim é que está escrito na nota de admissibilidade. O Tribunal Constitucional já se pronunciou sobre esta matéria em 2015,…

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Não era esta redação!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — … quando declarou inconstitucional uma norma que exigia três anos de residência legal para que cidadãos estrangeiros pudessem aceder ao RSI por violação do princípio da proporcionalidade.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não era esta norma!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — E porquê? Porque o RSI não é um benefício qualquer, é uma prestação social que garante o direito constitucional a um mínimo vital de existência condigna, decorrente do princípio da dignidade da pessoa humana.

Por isso, Srs. Deputados, qualquer restrição a este direito tem de ser muito bem justificada.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É o dinheiro dos portugueses! É essa a justificação!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Quando os números de beneficiários do RSI estão a diminuir, qual é, afinal, o motivo forte para se impor uma exceção ao princípio da equiparação?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem! Uma vez sem exemplo!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — O Tribunal Constitucional foi muito claro ao impedir, durante anos, que o acesso a um apoio que garante meios básicos de sobrevivência é um sacrifício desproporcionado ao fim desta restrição, sobretudo quando falamos de pessoas em situação de pobreza extrema.

Ora, se três anos já foram considerados excessivos, o Chega propõe agora cinco, ou seja, negar durante meia década um apoio à sobrevivência de quem se encontra em situação de vulnerabilidade extrema.

Srs. Deputados, um Estado sério combate abusos quando eles existem, não inventa problemas para alimentar guerras ideológicas e muito menos retira direitos fundamentais sem motivo forte, transformando a pobreza em combate político, apenas para servir campanhas de propaganda.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Vocês sabem lá o que é propaganda!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — E é isto que este projeto é: propaganda populista. Este projeto não resolve um problema social, demonstra apenas a estratégia política do Chega contra os estrangeiros.

Aplausos da IL, do L e dos Deputados do PS Miguel Cabrita e Pedro Delgado Alves.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, para uma intervenção.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Hoje discutimos uma proposta que pretende alterar o acesso de apoios sociais, por parte de cidadãos estrangeiros em Portugal.

Convém dizer, com clareza, que o nosso sistema de Segurança Social existe para proteger quem vive e contribui para a nossa comunidade e deve ser sustentável para todos, sejam eles portugueses ou estrangeiros.

A verdade é simples. Portugal precisa de imigração regulada, sim, Portugal precisa de trabalhadores e precisa também de políticas equilibradas. O que precisamos também é de uma boa integração, regras claras e justiça social, não de criar barreiras que empurrem famílias para a pobreza ou para a exclusão social.

Defender a sustentabilidade da Segurança Social é essencial, mas defender dignidade, igualdade e humanidade também é. O caminho não é escolher entre portugueses e estrangeiros, o caminho é construir um país onde quem trabalha, contribui e vive em Portugal tenha oportunidade e respeito.

Uma sociedade forte não se constrói com medo, constrói-se, acima de tudo, com justiça e com responsabilidade.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista, para uma intervenção.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Como a minha Colega terá oportunidade de dar nota na intervenção de seguida, é inegável o impacto positivo que os imigrantes têm no nosso sistema de Segurança Social.

Por muito que se procure trazer informação falsa, por muito que se procure misturar regimes contributivos que não têm a ver uns com os outros, os dados que teremos oportunidade, mais uma vez, de reiterar nesta Câmara revelam que seriam as prestações sociais de que os portugueses, cidadãos nacionais, são beneficiários que teriam dificuldade em ver-se pagas,…

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é verdade! Isso é falso, completamente falso!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — … se não tivéssemos esse contributo das pessoas que trabalham quotidianamente com o seu suor, mas também com as suas contribuições para o sistema.

É conhecida a realidade demográfica do País, são conhecidas as questões que, não só em Portugal, mas em vários pontos da Europa, geram dificuldades à sustentabilidade da Segurança Social, pelo que regressarmos a este tema, é, de facto, procurar derrotar uma estratégia de robustecimento que temos em cima da mesa.

Mas aquilo de que queria falar — e já gastei demasiado tempo neste tópico, que já devia estar interiorizado há muito tempo — é da fragilidade jurídica do que é apresentado. Como já disse, ele assenta em duas desinformações sobre factos quantitativos quanto às prestações e quanto ao regime de apoios sociais, tentando misturar tudo o que é contributivo e o que não é.

Mas há um aspeto que é incontornável. O Tribunal Constitucional tem jurisprudência estabilizada sobre esta matéria há mais de uma década. E quase que parece que se foi ver qual era o regime que estava em causa, e que foi declarado inconstitucional, para propor uma coisa ainda pior, para garantir que o choque que trazem a esta Câmara tinha, garantidamente, todas as oposições de todos os partidos contra si — o que, na verdade, é o resultado desta tarde.

Quem conhece a jurisprudência do Tribunal Constitucional sabe que — aliás, já foi dito pela Sr.ª Deputada Joana Cordeiro — há um ataque direto ao princípio da dignidade da pessoa humana, no que diz respeito aos mínimos de subsistência, às pessoas que estão na fragilidade máxima.

Protestos da Deputada do CH Vanessa Barata.

Isto, aliás, vem da jurisprudência constitucional inicial relativa ao próprio RSI e à própria natureza do RSI, decorrência direta da dignidade da pessoa humana. Mas, depois, é a desproporcionalidade completa. Os prazos que se põem em cima da mesa levam a que alguém que está a contribuir não teria vislumbre nenhum de poder ser beneficiário do regime que ajudou a sustentar e a manter.

É por isso que, da parte do nosso grupo parlamentar, terá um chumbo garantido aqui, como terá no Palácio Ratton ou em qualquer outro local em que tentem testar uma solução tão desequilibrada, tão atentatória da Constituição como esta.

Aplausos do PS e do Deputado do L Paulo Muacho.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP, para uma intervenção.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o tema que temos em debate é um tema relevante e que, de facto, tem o risco de permitir intervenções desfasadas da realidade, em alguns casos, e demagógicas em outros.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Provavelmente, não concordaremos com quais são umas e quais são outras, mas permite-o, certamente.

Nós temos de distinguir, em primeiro lugar, o que são prestações contributivas de prestações não contributivas e, portanto, não podemos confundir e dizer que está a receber quem não desconta para a Segurança Social.

As prestações que estão aqui em causa — e ninguém desconta para a Segurança Social — são prestações do regime não contributivo.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É essa a diferença!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E de onde é que sai o dinheiro? Também não está a descapitalizar a Segurança Social, nem a retirar dinheiro do orçamento da Segurança Social, porque estas prestações são pagas pelo Orçamento do Estado.

Esclarecidos estes pontos, é preciso irmos ao que está, efetivamente, em causa. Vamos então a números. Os Srs. Deputados dizem que há 800 000 imigrantes que pagam impostos e que descontam. Certo! Mas há 1 milhão e 600 mil em Portugal.

Portanto, se queremos dizer a verdade toda, temos de dizer que hoje há imigrantes, como nunca, a descontarem para o sistema de Segurança Social e a pagarem impostos, mas, ainda mais, há imigrantes, como nunca, a viverem em Portugal sem descontarem absolutamente nada.

Portanto, a questão tem de ser discutida, não vale a pena olhar só para um dos lados, seja num sentido, seja no outro. Não é verdade que os imigrantes não contribuam, mas também não é verdade que não haja centenas de milhares de imigrantes em Portugal que não fazem qualquer desconto e que são elegíveis para as prestações sociais. Então, vamos discutir se são elegíveis para as prestações sociais. Faz sentido que o sejam ou não? Faz sentido que, para isso, tenham condições de acesso ou não?

O Chega traz-nos duas propostas, e até acho que há outras prestações sociais que devem ser discutidas e que o Chega não trouxe aqui.

Sobre o subsídio social de desemprego, vamos ver este caso: um estrangeiro está em Portugal, até trabalhou e descontou, recebeu subsídio de desemprego, que é uma prestação contributiva, porque tinha descontado e, portanto, tem direito a isso, entretanto, enquanto esteve a receber o subsídio de desemprego, não conseguiu encontrar um novo emprego. Faz sentido que, no fim disto, receba uma prestação não contributiva, que é o subsídio social de desemprego, quando, na prática, já não está em condições de conseguir, em Portugal, a viabilidade para o seu projeto de vida?

Protestos do PCP.

É uma discussão que acho que faz sentido e o Chega nem sequer a traz. Traz, no entanto, a questão do rendimento social de inserção. Claramente, do nosso ponto de vista, e essa é a realidade de muitos países da União Europeia, faz sentido haver um número mínimo de anos de residência para aceder ao rendimento social de inserção. Faz sentido! É uma prestação, claramente, para quem não tem os mínimos. E o que pergunto é: quem não tem os mínimos, pode vir para Portugal, quando nós não asseguramos os mínimos a muitos portugueses? Esta é a questão!

Risos do PS.

Uma discussão sobre opções de política social não pode olhar só para um dos lados, tem de olhar para os dois lados e tem de ter este equilíbrio. É por isso que digo, também, que o que acabei de dizer sobre o rendimento social de inserção deve ter outra ponderação no abono de família, por causa do reagrupamento familiar…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Tomás Cardoso Pereira, do Livre, que saúdo pela sua primeira intervenção na Assembleia e desejo sucesso na sua função.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Muito obrigado, Sr. Presidente, pelos votos que me deseja.

Sr.as e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias, o Chega não quer imigração com regras coisíssima nenhuma. O Chega não quer imigração, ponto.

Protestos do CH.

Pela extrema-direita é trancas à porta e acabou. E acabou!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É verdade!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Por detrás da repetição do mantra constante da imigração com regras está, na verdade, aquilo que o Chega verdadeiramente quer e nos diz todos os dias e nos diz com propostas destas — pelo Chega é trancas à porta, não há imigração, acabou!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Também te deves ir embora!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — A única regra que querem é esta.

Mas, na verdade, há uma chave mágica que pode abrir essas trancas à porta. É que esta preocupação do Chega com a imigração é arbitrária, e um dos critérios para essa arbitrariedade é a riqueza. Se forem imigrantes ricos, aí já está tudo bem.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ora bem!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Com esses, o Chega já está muito confortável.

Protestos da Deputada do CH Cristina Rodrigues.

Para esses, até se criam regimes como o dos residentes não habituais, o dos vistos *gold*, e eu nunca vi o Chega preocupado com isso. O Chega só está preocupado com as prestações sociais, com estas borlas dadas a quem não precisa.

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — Percebes a diferença?!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Nunca vi o Chega preocupado com estas borlas que agravam os preços da habitação para imigrantes e portugueses em Portugal.

Aplausos do L.

Nunca vi o Chega preocupado com estas injustiças que prejudicam trabalhadores, imigrantes e portugueses. Nunca vi o Chega preocupado. Na verdade, o que sempre vi foi o Chega muito, muito confortável!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Não dizes nada! Não vês nada!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Como de costume, para avançar com a guerra cultural que o Chega quer fomentar permanentemente na sociedade portuguesa, vão atrás dos mais vulneráveis. Vão atrás de trabalhadores que fazem os seus descontos para a Segurança Social, que trabalham para se sustentarem a si e às suas famílias. Vão atrás de pessoas que vieram para o nosso País, na sua esmagadora maioria, para ter uma vida melhor, uma vida digna e uma vida em paz, em que não chateiam ninguém nem ninguém os chateia. É isso que quer a esmagadora maioria das pessoas que vem para o nosso País.

Aplausos do L.

Protestos do CH.

Estamos a falar de pessoas de carne e osso, como todos nós, e estamos a falar de pessoas que representam 14 % das contribuições para a Segurança Social em Portugal e que têm direito a receber as prestações sociais que lhes são devidas por lei, em função dos descontos que tiverem feito. É assim que está na lei, é assim que deve ser, ao contrário daquilo que o Chega nos propõe.

Protestos do CH.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é nada disso que está em causa! Tem de explicar melhor!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Portanto, Sr.as e Srs. Deputados, o que a extrema-direita nos traz aqui, hoje, é mais do mesmo. É uma abordagem à imigração com zero humanismo, com zero empatia e com zero racionalidade para o presente e para o futuro da economia portuguesa.

Imigração com regras, sim senhor, muito bem, mas as políticas de imigração têm de ser o oposto daquilo que temos aqui, hoje, na proposta do Chega.

Têm de ter regras, sim, mas que sejam racionais, que sejam justas, que sejam humanas e que tenham empatia, coisas que, claramente, não abundam na extrema-direita.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, tem a palavra para uma intervenção.

A Sr. **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, o Chega traz-nos hoje de volta à sua obsessão habitual, os imigrantes, e fá-lo de uma forma absolutamente falaciosa. Aliás, parece que o Chega decidiu tirar, mais uma vez, aquela que é a sua participação, quase diária, nos polígrafos desta vida.

Mas vamos, então, aos factos. A Sr.ª Deputada, na apresentação da iniciativa, disse que os imigrantes chegavam a Portugal e recebiam logo subsídios. Talvez estivesse a falar dos residentes não habituais. É que os residentes não habituais, efetivamente, tiram dos cofres do Estado, todos os anos, mais de 1,7 mil milhões de euros.

Se estivermos a falar daqueles imigrantes que são pobres e que, já agora, até do ponto de vista económico, são beneficiados, como já foi aqui referido, e beneficiam também quem está nas bancadas do Chega,…

A Sr.ª **Cristina Rodrigues** (CH): — É zero! É nulo!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … acabamos por ter uma manifesta discrepância. O RSI pago aos estrangeiros fixou-se em pouco mais do que 687 milhões de euros. Agora, pasmem-se: quanto é que contribuem os imigrantes para o nosso País? Falamos de cinco vezes mais.

Protestos do CH.

Sei que, se calhar, a matemática é capaz de não ser o vosso forte, mas o melhor é começarem mesmo a fazer contas. Estamos a falar de 3 mil milhões de euros. São mais 3 mil milhões de euros que vão para os cofres do Estado!

Por isso, Sr.as e Srs. Deputados,…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção, a Sr.ª Deputada Dália Miranda, do Partido Socialista.

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Além das questões que já foram levantadas pelo Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, há algumas notas que temos de deixar.

O projeto apresentado pelo Chega pretende limitar o acesso de cidadãos estrangeiros a prestações sociais como o rendimento social de inserção e o abono de família para crianças e jovens, exigindo cinco anos de residência legal em Portugal.

Este projeto parte de uma ideia simples, mas profundamente errada, a ideia de que os cidadãos estrangeiros estão a sobrecarregar o sistema de proteção social em Portugal, assim como a aproveitar-se dele.

Os dados mostram-nos exatamente o contrário. Segundo a Segurança Social, mais de 1,1 milhões de cidadãos estrangeiros contribuíram para o sistema, em 2025, garantindo cerca de 4,1 mil milhões de euros em contribuições. Ao mesmo tempo, apenas cerca de 324 000 receberam algum tipo de prestação social — 324 000!

E, quando falamos especificamente do RSI, o número é ainda mais claro: menos de 12 000 estrangeiros beneficiaram do rendimento social de inserção em Portugal.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Muito bem!

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Ou seja, estamos a falar de uma despesa de cerca de 31 milhões de euros, num sistema que recebeu mais de 4 mil milhões de euros em contribuições destes trabalhadores.

Aplausos do PS.

Sr.as e Srs. Deputados, Portugal enfrenta um enorme desafio demográfico e económico. Precisamos de trabalhadores,…

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Pois precisamos!

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — … precisamos de pessoas que contribuam para a nossa economia e para a sustentabilidade da nossa Segurança Social.

Os trabalhadores estrangeiros fazem hoje parte dessa resposta. Trabalham, descontam, pagam impostos e ajudam a financiar o sistema que nos protege a todos.

Esta proposta não resolve qualquer problema real. O que faz é tentar construir um problema onde ele não existe, criando desconfiança e divisão na sociedade portuguesa.

O sistema de Segurança Social assenta num princípio essencial: quem vive, trabalha e contribui em Portugal deve ser tratado com justiça e dignidade.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Óbvio!

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — O Partido Socialista não acompanha esta proposta, porque Portugal não precisa de discursos de exclusão. Precisa de responsabilidade, de verdade e de políticas que reforcem a coesão social.

Aplausos do PS e do Deputado do L Paulo Muacho.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento da Sr.ª Deputada Catarina Salgueiro, do Chega, que, para o efeito, dispõe de 1 minuto e 50 segundos.

A Sr.ª **Catarina Salgueiro** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, neste momento do debate importa focarmos naquilo que verdadeiramente está em causa. O projeto em discussão não é contra ninguém, não é contra estrangeiros,…

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Muito bem!

A Sr.ª **Catarina Salgueiro** (CH): — … não é contra quem escolhe Portugal para viver e trabalhar.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ai não?

A Sr.ª **Catarina Salgueiro** (CH): — Este projeto é, acima de tudo, a favor da justiça social,…

A Sr.ª **Vanessa Barata** (CH): — Claro! É evidente!

A Sr.ª **Catarina Salgueiro** (CH): — … da responsabilidade e da sustentabilidade do nosso Estado social.

Protestos do L.

Aquilo que propomos é simples e compreensível para qualquer cidadão: se determinadas prestações sociais são financiadas pelos contribuintes portugueses,…

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Pelos estrangeiros também!

A Sr.ª **Catarina Salgueiro** (CH): — … então, é razoável que exista uma ligação efetiva ao País antes de se aceder a esses apoios.

É por isso que defendemos um período mínimo de residência legal de cinco anos para acesso a prestações sociais não contributivas como o RSI ou o abono de família, mantendo, naturalmente, todas as salvaguardas legais e respeitando os compromissos internacionais e europeus de Portugal.

O que está aqui em discussão é também uma questão de equidade. Equidade para quem trabalha, para quem desconta e para quem contribui, todos os meses, para financiar o sistema.

Portugal é um país aberto, acolhedor e solidário, mas solidariedade não significa ausência de regras, significa, isso sim, responsabilidade, equilíbrio e respeito por quem sustenta o sistema. É exatamente isso que este projeto procura garantir.

Questiono: considera justo que uma pessoa chegue hoje a Portugal e amanhã tenha acesso a prestações sociais financiadas pelos contribuintes portugueses, sem nunca ter contribuído para o sistema?

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.ª Deputada Dália Miranda, tem a palavra para responder, dispondo de 24 segundos.

A Sr.ª **Dália Miranda** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Deputada, para estar em Portugal e para ter uma licença de residência tem de cumprir os mínimos e só após cumprir esses mínimos é que pode ter acesso ao RSI.

Mas digo-lhe uma coisa, Sr.ª Deputada, se estivessem tão preocupados com a justiça, provavelmente, tinham lido os acordos antes de apresentarem a proposta que apresentaram. Esta proposta visa desproteger aquelas pessoas que mais carecem de proteção.

Aplausos do PS.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É estabelecer regras!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português, tem a palavra para uma intervenção.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desengane-se quem supõe que o projeto de lei em discussão corresponde a um mero impulso movido pelo ódio do Chega…

Vozes do CH: — Oh!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — … aos imigrantes oriundos de certas partes do planeta. É muito isso, Srs. Deputados, mas é, essencialmente, um ódio instrumental, visando restringir direitos de cidadãos estrangeiros com a mesmíssima orientação neoliberal dos malfadados tempos da troica e do Decreto-Lei n.º 133/2012, que o Tribunal Constitucional chumbou por violação do princípio da proporcionalidade. Só que agora com uma gravidade bem maior.

O Governo PSD/CDS de então reconhecia o direito ao rendimento social de inserção apenas aos cidadãos de Estados terceiros com residência legal nos últimos três anos.

No entanto, o Tribunal Constitucional, no Acórdão n.º 296/2015, considerou que tal período de privação de direitos denegava meios de subsistência a cidadãos em situação de risco social, e cito, «colidindo, de modo intolerável, com o direito a uma prestação que assegure os meios básicos de sobrevivência».

Agora, afrontando ostensivamente o justo entendimento do Tribunal Constitucional e as alterações legislativas de 2017, que reconheceram esse direito a quem simplesmente possua residência legal em Portugal, o Chega encabeça uma nova ofensiva contra os cidadãos de países terceiros. Desta vez, insistindo na ressabiada lei da nacionalidade,…

Risos do CH.

… mesmo depois de vetada, alargando para pior, para cinco anos, a desumana privação do RSI e do abono de família.

A Sr.ª **Patrícia Carvalho** (CH): — E os ucranianos?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Agora, com o Chega, como em 2012 com o PSD e o CDS — e veremos como vão votar agora —, as razões invocadas fundam-se, hipocritamente, na situação económica e na demanda de apoios sociais.

Agora, como no tempo da troica, ou como nas alterações às leis de estrangeiros e da nacionalidade, tudo serve para lançar pobres contra pobres, instrumentalizar a imigração, aprofundar a exploração, alimentar a espiral de discriminação e injustiça, negar direitos para dominar e para escravizar.

Tanto lhes faz que os imigrantes paguem impostos e contribuam para a Segurança Social. Contribuem, e muito! São já um quinto dos contribuintes, mais de 1 milhão e 100 mil pessoas.

O Sr. **André Ventura** (CH): — E então?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Tanto lhes faz que sejam explorados, até em casebres a 680 €, por pessoas do Chega…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quer dizer, vocês andam a vender sedes há 40 anos, mas o problema é do Chega!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Edson Cunha, do PSD.

Protestos do CH e contraprotestos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vai usar da palavra o Sr. Deputado Paulo Edson Cunha.

O Sr. **Paulo Edson Cunha** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Chega pretende que, para acederem ao rendimento social de inserção, os cidadãos estrangeiros tenham, pelo menos, cinco anos de residência legal em território nacional.

Protestos do CH.

O Chega sabe que a medida tem tudo para ser inconstitucional, até porque anteriormente o aumento foi objeto de avaliação pelo Tribunal Constitucional — em 2015, como já foi dito. Em 2015 foi considerada inconstitucional a exigência de um período mínimo de três anos — na altura, o período era de três anos — de residência legal em território nacional para que se pudesse aceder ao rendimento social de inserção, por violação do princípio da proporcionalidade, pelo que se prevê que a medida possa vir a gerar igual juízo de valor, de censurabilidade por parte do Tribunal Constitucional, caso tivesse o azar de ser aprovada.

Sejamos claros, diferenciar os critérios de acesso a prestações sociais entre cidadãos nacionais residentes legalmente em território nacional poderá levantar questões de inconstitucionalidade e de justiça. Do mesmo modo, parece desconsiderar a carreira contributiva do cidadão estrangeiro nesse período, bem como a sua situação familiar e socioeconómica concreta.

Ora, isso é imoral e visa criar uma divisão da sociedade portuguesa, confundindo os que não contribuem — mas que também não têm feito os pagamentos — com os que contribuem e que, como é natural, devem ter o mesmo apoio do que os portugueses que contribuem.

Mais, a proposta ignora que a contribuição dos cidadãos estrangeiros legais em Portugal tem aumentado exponencialmente, não só em número de contribuintes — que passou de 52 000 para 157 000 contribuintes — , como em rendimentos para a Segurança Social, que passaram de 204 000 €, em 2015, para 1 milhão e 115 mil euros, em 2025.

Importa ainda referir que o Governo se encontra atualmente a preparar a implementação da prestação social única, no âmbito de um processo de simplificação e unificação de prestações sociais.

Neste contexto, o rendimento social de inserção encontra-se incluído no conjunto de prestações sociais suscetíveis de serem integradas neste modelo, encontrando-se os respetivos critérios de atribuição em análise. A prestação social única pretende garantir o acesso mais simples e direto à prestação social para os cidadãos em situação de vulnerabilidade.

Além disso, o Governo tem um plano de ação para as migrações, que visa corrigir os graves problemas nas regras de entrada em Portugal, resolver a incapacidade operacional da AIMA e assegurar a operacionalidade dos sistemas de controlo e fronteiras.

Por fim, refiro que, no Programa do Governo, está patente uma clara visão para continuar o caminho de diminuição da tributação sobre o trabalho, aumentando o rendimento dos portugueses e valorizando o mérito e o investimento na educação, o que tem conseguido, sobretudo com a remuneração bruta mensal média por trabalhador, que alcançou 1694 €, em 2025, um crescimento de 5,6 % acima do previsto no acordo com os parceiros sociais.

O País precisa de crescimento, de estabilidade, de uma integração sustentada e regulada dos nossos imigrantes, da sua força do trabalho, do seu contributo para o nosso crescimento económico, em paralelo com a firmeza que o Governo tem para com quem está ilegal e não contribui, e não de uma sociedade dividida entre bons e maus.

Se continuarmos a trabalhar como este Governo tem trabalhado, certamente que esta proposta é absolutamente desnecessária.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo mais inscrições, vou dar a palavra ao Sr. Deputado André Ventura, para encerrar o debate. O Sr. Deputado dispõe de 2 minutos e 15 segundos. Faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Pergunta-se esta Câmara que problemas estamos a tentar resolver hoje. Perguntam os liberais, e aquela que devia ser a direita, mas que se tornou esquerda nos últimos anos: «Que problemas estamos a tentar resolver?» É simples, é um problema chamado justiça social. Se não temos para os nossos, não temos para os outros.

Aplausos do CH.

É regra básica e primordial em Portugal.

Aplausos do CH.

Depois, ouvimos o PSD criticar a exigência a quem vem de fora para que contribua um certo número de anos — como fazem, aliás, todos os outros e como fazem os melhores países do mundo, como o Reino Unido, a Dinamarca, a Suíça, a Suécia, que não são, de certeza, países de extrema-direita nem são, de certeza, países pouco humanistas

A Sr.ª **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Fazem uma coisa, respeitam o dinheiro dos contribuintes, que é o que os senhores não fazem. Respeitam o dinheiro dos contribuintes!

Aplausos do CH.

Ainda por cima, e com o Governo presente tenho de dizer isto, dizem que é imoral, que é errado e que vai contra o sentido de ética exigir que os imigrantes que chegam a Portugal tenham de ter um número mínimo de anos a contribuir antes de poderem receber. Pois quem o disse não foi André Ventura, foi Pedro Passos Coelho, em 2011. Era o líder do PSD na altura!

Aplausos do CH.

Repito, era líder do PSD na altura!

Por isso, a minha pergunta é: o que é que vos aconteceu?! O que é que vos aconteceu?!

Fomos um País que criou regras e que fazia exigências a quem para cá vem, para que possa ter direitos e possa ser integrado, mas tem de contribuir.

Que sentido faz, neste País, o complemento solidário para idosos exigir seis anos de cumprimento de regras, mas um imigrante que para cá veio e que pode não ter contribuído nada recebe, RSI e outras coisas!

Aplausos do CH.

Que sentido faz termos pensões miseráveis em Portugal e andarmos a dizer que os que vieram de fora contribuem com um quinto, um quarto ou um terço? É verdade. Mas vão à saúde portuguesa, têm casas como em Portugal, exigem dos serviços públicos portugueses, pressionam a economia portuguesa. Não é que seja tudo mau, mas cumpram regras! Os melhores países do mundo não são aqueles como a China, a Venezuela ou a Coreia do Norte — aí, nem RSI há.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nem RSI há!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Deputado Alfredo Maia, eu sei que o ódio ao estrangeiro é este, muito próprio dessa extrema-esquerda.

Nós não queremos impedir nada, não queremos que ninguém tenha direitos. Nós queremos é que o estrangeiro não tenha mais direitos do que o português que contribuiu a vida toda para este País!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Está, assim, terminado o segundo ponto.

Vamos passar ao terceiro ponto da nossa ordem de trabalhos, que consiste na apreciação do Decreto-Lei n.º 127/2025, de 9 de dezembro, que altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social [Apreciação Parlamentar n.º 5/XVII/1.ª (PS)], que deu origem ao Projeto de Resolução n.º 653/XVII/1.ª (BE) — Cessação de Vigência do Decreto-Lei n.º 127/2025, de 9 de dezembro, que altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Vamos dar algum tempo às direções de bancada para que ocupem os seus lugares.

Pausa.

Vou então dar a palavra ao Sr. Deputado Miguel Cabrita, para fazer a apresentação da Apreciação Parlamentar n.º 5/XVII/1.ª, da autoria do PS.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Agendámos para hoje a apreciação parlamentar das alterações do Governo ao Código Contributivo, diploma fundamental para estabelecer os direitos e deveres de empresas e trabalhadores perante a Segurança Social.

A necessidade desta apreciação é simples de explicar.

Primeiro, apesar de serem matérias com óbvias implicações laborais e de, alegadamente, estarem em discussão na concertação social, o Governo não consultou, sequer, os parceiros sociais sobre estas mudanças nas obrigações de empresas e de trabalhadores perante a Segurança Social, tendo avançado sem consulta, sem diálogo, sem aviso prévio.

Segundo, este diploma procura simplificar o ciclo contributivo para as empresas e o PS acompanha essa orientação e esse esforço. Aliás, boa parte das medidas agora apresentadas vêm de trabalho iniciado no Governo do PS ou beneficiam de investimentos feitos através do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), por exemplo, programados nessa altura. A simplificação contributiva, acreditamos, é um desígnio que deve ter apoio consensual nesta Assembleia, mas precisamos também de garantir que esse esforço de simplificação não

abre brechas e não cria condições para a fuga e para a evasão, para a erosão da base contributiva e para premiar empresas incumpridoras ao invés de apoiar as que cumprem.

Neste plano, levantámos, desde o primeiro momento, várias reservas sobre soluções em concreto do diploma, críticas e dúvidas que continuam por esclarecer. Chamámos à Comissão a Secretária de Estado, pedimos, por escrito, dados e informação — em vão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, de todas as mexidas neste diploma, há uma matéria que nos merece particular preocupação. Tal como a simplificação, deve merecer consenso, também esperamos que o combate sem tréguas ao trabalho clandestino o mereça.

Aplausos do PS.

É totalmente inaceitável um recuo civilizacional em que possa haver qualquer hesitação, e muito menos passos atrás no combate ao trabalho à margem de qualquer regra e de qualquer lei.

Aplausos do PS.

Ora, no Código do Trabalho, o Governo propõe que recorrer ao trabalho não declarado deixe de ser crime. E o Código Contributivo quer aligeirar muito as sanções para as empresas apanhadas neste tipo de expediente desumano.

Antes de 2023, as empresas apanhadas com trabalho não declarado tinham de pagar 6 meses de contribuições para trás. Em 2023, a sanção aumentou para 12 meses. Agora, o Governo quer despenalizar ainda mais o trabalho não declarado…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É falso!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — … e quer reduzir as sanções de 12 meses para apenas 3 meses, uma diminuição de 75 %, mesmo para metade do que vigorou durante quase 20 anos.

Aliás, quer também permitir que a comunicação de trabalhadores à Segurança Social possa ser feita no próprio momento em que o trabalhador está em serviço, abrindo uma porta à não declaração e à fraude, uma porta que há 20 anos, felizmente, tinha sido fechada.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — São sinais inaceitáveis de tolerância para um fenómeno que, longe de ser tolerado, deve ser erradicado das empresas e da nossa sociedade. Estamos a tempo de corrigir esse erro.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Governo afirma que vai diminuir as sanções contributivas ao trabalho não declarado, porque há risco de fraudes na criação de carreiras contributivas artificiais para acesso a benefícios sociais. Pedimos ao Governo para quantificar este risco e para mostrar dados. Mas se considera que esse risco é real e não nos apresentou dados, então o que temos de fazer é encontrar, em conjunto, soluções que diminuam o risco, mas nunca, nunca enfraquecer o combate ao trabalho não declarado.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o PS pediu esta apreciação não numa lógica adversarial, não numa lógica de imobilismo, mas porque temos genuínas preocupações com as mudanças propostas.

Procurámos e continuaremos a tentar obter esclarecimentos. Acima de tudo, traremos propostas construtivas para encontrar as melhores soluções, com equilíbrio entre a simplificação e a garantia de um mercado de trabalho transparente, com direitos básicos e que beneficie a concorrência entre as empresas, mas nunca aquelas que não querem cumprir.

Noutro *dossier*, o Governo, e este Ministério em particular, tem revelado incapacidade para dialogar. Veja-se o Código do Trabalho, com inflexibilidade e sem aproximar posições, ao fim de oito meses. Veja-se a extinção da entidade que apoia a economia social, sem que tenha havido qualquer diálogo com as entidades do setor.

Esperamos que, neste caso, tenhamos, no Parlamento e na especialidade, a capacidade que o Governo não tem revelado noutros *dossiers*.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem dois pedidos de esclarecimentos.

Para formular o primeiro pedido de esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Carla Barros, do PSD.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Sr.as e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado, lembro-lhe que assinalamos hoje dois anos e dois dias de governação protagonizada pelo Primeiro-Ministro Luís Montenegro.

Durante esse caminho, Sr. Deputado Miguel Cabrita, o PS e o Chega provocaram a queda de Governo, os portugueses foram às urnas em maior número e votaram com mais convicção no projeto político por nós protagonizado.

Nesse sentido, Sr.as e Srs. Deputados, que saibamos, o Partido Socialista não recebeu nenhum mandato dessas eleições para governar a partir do Parlamento, nem para bloquear a ação e a governação deste Governo.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Não pode pedir uma apreciação parlamentar?

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — A não ser que eu esteja enganada, mas esclareça-me, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Está enganada.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Por isso é que o Sr. Deputado e o Partido Socialista solicitam, por via de uma apreciação parlamentar, a revisão do texto do decreto-lei que o Governo preparou para melhorar o código contributivo para a segurança social.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — É para isso que servem as apreciações parlamentares.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — É precisamente com base nesse texto, e na exposição de motivos, que o Partido Socialista lança uma série de suspeitas sobre a proteção social dos trabalhadores e sobre a ação das empresas, que poderão ser mais fraudulentas com este regime que o Governo melhorou.

Por isso, Sr. Deputado Miguel Cabrita, deixo-lhe um desafio, e não propriamente uma pergunta. O Sr. Deputado tem de confiar mais nas empresas e nos trabalhadores. O Sr. Deputado e o Partido Socialista têm de saber que não se implementam reformas estruturantes no País, sem confiarmos nos agentes do País.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

É, pois, com base nessa confiança, é com base nesse compromisso que avançamos com as melhores reformas para o País.

Sr. Deputado, confia ou não confia no País? Confia ou não confia nas empresas e nos trabalhadores?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Armando Grave, do Chega.

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Partido Socialista refere, na apresentação deste documento, que foram introduzidas medidas inovadoras para combater a precariedade e a segmentação do mercado de trabalho. Mas é importante dizer, com clareza, que quem mais tem contribuído

para a segmentação e para a precariedade no mercado de trabalho em Portugal tem sido, precisamente, o Partido Socialista e a restante esquerda, ao promoverem estas políticas de imigração.

Aplausos do CH.

O Sr. **Armando Grave** (CH): — Sim, Srs. Deputados, têm sido os senhores, sem regras e sem condições, que defendam verdadeiramente os próprios trabalhadores e os empregadores. Sr.as e Srs. Deputados, o que permite que isto aconteça são precisamente as políticas que os senhores têm defendido e executado.

O Chega tem uma posição de equilíbrio clara quanto aos trabalhadores, empregadores e instituições do Estado. Entendemos que todos os trabalhadores devem estar dentro do sistema, enquanto não é aceitável tratar uma divergência administrativa pontual da mesma forma que uma estratégia consciente de fuga às contribuições devidas à Segurança Social.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Falam também do combate ao trabalho clandestino. Mas a pergunta é simples: o que fez o Partido Socialista, com a extrema-esquerda e o atual Governo da AD (Aliança Democrática), para resolver este problema? Nada.

Sr. Deputado Miguel Cabrita, como sabe, se os trabalhadores não estiverem devidamente legalizados, não há transformação digital que resolva qualquer problema ou que possa reduzir os riscos de fraude.

Deixo esta pergunta ao Sr. Deputado: o Partido Socialista pretende os trabalhadores dentro do sistema, com direitos e proteção, ou quer continuar a alimentar a precariedade e a ilegalidade, conforme tem sido apanágio das vossas políticas?

Sr. Deputado, a fraude e a ilegalidade não podem sair mais baratas ao infrator quanto mais tarde o Estado as detetar.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder aos pedidos de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Cabrita.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Deputado Armando Grave, verifico que concorda, então, connosco. Temos de impedir que a ilegalidade seja a regra.

Todos têm de cumprir regras no mercado de trabalho. Não sei se esteve emigrado ao longo destes anos, mas, enquanto esteve no Governo, o PS aumentou para 12 meses a sanção às empresas que recorrem a trabalho não declarado e criminalizou o recurso ao trabalho não declarado.

Aplausos do PS.

Sr.ª Deputada Carla Barros, sobre as questões em apreço, verifico que não disse absolutamente nada, só considerações gerais.

Uma apreciação parlamentar é precisamente para fiscalizar o trabalho do Governo. É esse o trabalho da Assembleia. E o trabalho do Governo e dos partidos é o de dialogarem e sujeitarem-se a esse escrutínio.

A pergunta é muito simples: de que lado está o PSD? Do lado daqueles que entendem que o trabalho não declarado não tem lugar na nossa sociedade ou daqueles que o querem promover?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Nós apresentámos um projeto de resolução para a cessação de vigência do decreto-lei porque, inacreditavelmente, ao contrário de toda a retórica que ouvimos da direita política, querem tornar o trabalho não declarado financeiramente mais barato.

Com isto prejudicamos quem? As empresas que cumprem a lei.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Ou seja, as empresas que celebram contratos com os seus trabalhadores, que atempadamente comunicam à Segurança Social, que cumprem a legislação. O Governo, pela calada, alterou a legislação que tem servido para combater as empresas que recorrem ao trabalho não declarado.

Não deixa de ser curiosa a intervenção do Chega, que conclui dizendo que não se pode tolerar o trabalho não declarado. Então deduz-se que vão votar a favor da cessação de vigência, porque o que este decreto-lei do Governo faz é tornar o trabalho clandestino mais barato.

Protestos do CH.

É isso que, na bancada do Chega, se devia perceber. Ou então somos levados a chegar à conclusão de que o Chega não quer regras para a imigração,…

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Então não?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — … não quer regras no mercado de trabalho, porque quer alimentar o mercado clandestino que vive da sobre-exploração laboral.

Risos do Deputado do CH Armando Grave.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, dou agora a palavra à Sr.ª Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, que dispõe, para o efeito, de 6 minutos.

A Sr.ª **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social** (Maria do Rosário Palma Ramalho): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Estamos hoje aqui para discutir o modelo de relação que o Estado, e concretamente a Segurança Social, deve ter com os cidadãos e com as empresas no século XXI.

Como é sabido, as pessoas e as empresas não têm historicamente uma boa relação com a Segurança Social.

Ora, foi precisamente para romper com esse paradigma que este Governo agiu. Através das medidas do programa Primeiro Pessoas retirámos, apenas num ano, 3 milhões de pessoas — repito, 3 milhões de pessoas — das filas da Segurança Social, devolvendo tempo e previsibilidade às pessoas e às empresas, que podem agora pagar e obter dezenas de declarações à distância de um clique.

Esta transformação não deve ficar a meio caminho.

Sabemos que os indicadores de custos de contexto têm vindo a crescer de forma preocupante desde a governação socialista, funcionando como uma fatura invisível que asfixia as empresas.

Protestos do Deputado do PS Miguel Cabrita.

Foi para estancar este custo e aprofundar a mudança de paradigma que o Governo iniciou com o programa Primeiro Pessoas, que se avançou agora com o regime de Simplificação do Ciclo Contributivo, um diploma predominantemente técnico, mas que é uma das reformas mais transformadoras em curso na relação entre as empresas e a Segurança Social. Este regime não representa apenas uma modernização tecnológica, mas também uma mudança estrutural na forma como se comunicam remunerações, como se apuram contribuições e como, por essa via, se asseguram os direitos dos trabalhadores e se previne a fraude nesta área.

Neste novo modelo, a empresa deixa de ter obrigação de reportar mensalmente todas as remunerações — processo que significa um esforço médio de 80 horas mensais e custos inerentes. Passa a ser a Segurança

Social a apresentar automaticamente a obrigação contributiva à empresa, com base na informação que já tem sobre vínculos e remunerações regulares.

O processo ocorre em três momentos essenciais: apresentação da obrigação contributiva pela Segurança Social; confirmação ou eventual correção da mesma pelo empregador; e pagamento.

No fundo, trata-se de adotar uma lógica semelhante à do IRS (imposto sobre o rendimento de pessoas singulares) automático. Não preciso de enfatizar a poupança e a simplificação que isto representa.

Em janeiro, 7 000 empresas foram convidadas a iniciar a transição do modelo anterior para um novo modelo de declaração de remunerações. O objetivo é alcançar cerca de 200 000 empresas no primeiro semestre de 2026 e 400 000 no final deste ano.

Ao longo deste ano, os empregadores aderirão ao modelo gradualmente e de forma voluntária, mas prepara-se o terreno para que, a partir de janeiro de 2027, este modelo mais simples, mais claro, mais seguro, atinja todas as empresas.

É também importante sublinhar que as pequenas empresas têm um canal mais simplificado para cumprir estas obrigações, evitando-se, assim, sistemas tecnológicos mais complexos para os pequenos contribuintes. Esta reforma representa, pois, um choque de eficiência, com uma poupança estimada de 1,5 mil milhões de euros para as empresas, em custos de contexto.

Por fim, sublinho que este diploma introduziu alterações ao código contributivo que, no seu conjunto, se destinam a prevenir e a combater a fraude na utilização do sistema contributivo da Segurança Social, que tem vindo a verificar-se, por força de medidas aprovadas nos últimos anos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.ª Ministra tem dois pedidos de esclarecimento.

Em primeiro lugar, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Barbosa, do PSD.

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.ª Ministra, Sr. Ministro, Sr.ª Secretária de Estado, Sr.as e Srs. Deputados, uma agenda só é digna quando produz resultados e é benéfica para todos. É como os direitos dos trabalhadores, que têm de ser protegidos e não apenas proclamados.

Com todas estas alterações ao código contributivo — alterações que são apenas administrativas —, o Governo pretende reduzir a burocracia, o erro humano, libertar as empresas e contabilistas de milhares de tarefas árduas e repetitivas e diminuir os custos de contexto. Tudo isto através da implementação de meios tecnológicos modernos na relação entre a Segurança Social e as empresas, diga-se, em articulação com a Ordem dos Contabilistas Certificados e empresas de *software* qualificadas.

Por um lado, é sempre assegurada a validação dos vínculos, por parte das empresas, para a fiabilidade e correção das informações. Por outro lado, a redução para três meses da presunção do início de funções é apenas uma presunção que, desde logo, é alterada com a comprovação do tempo diferente de duração da relação laboral. Com este novo prazo, são também reforçados os meios de combate à fraude pelo crescimento cada vez maior de carreiras contributivas artificiais.

Voz do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Joaquim Barbosa** (PSD): — Além do mais, com a possibilidade — permitida agora — da inscrição do trabalhador a todo o tempo, até à data de execução do contrato, são beneficiados procedimentos administrativos mais eficazes e eficientes.

Esta alteração beneficia o trabalhador quando ele tem necessidade imediata de iniciar o seu trabalho, e corresponde às dinâmicas mais rápidas do mercado de trabalho do setor agrícola, das pescas, do turismo, do comércio e também quanto às calamidades. O combate às infrações cabe à fiscalização eficaz, à aplicação rigorosa da lei e ao cruzamento de dados.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, o Governo avalia resultados e, quando estes não são alcançados, corrige, melhora e desenvolve, sem os complexos ideológicos habituais dos partidos à esquerda.

Sr.ª Ministra, sendo assim, pergunto: o Governo não deverá continuar este caminho para melhoria da competitividade de Portugal e agilizar a relação dos cidadãos e das empresas com a Segurança Social?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para formular um pedido de esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Cabrita, que dispõe de 31 segundos.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Ministra, com as questões da simplificação estamos de acordo e obviamente que apoiamos. Acho que lhe teria ficado bem dizer que parte desse trabalho tinha começado já com o Governo do PS. Mas, quando a isso, cada um diz aquilo que entende.

A nossa questão é, se há risco de fraude por sobredeclaração, nós também não queremos reabrir a porta ao trabalho clandestino que, felizmente, fomos erradicando.

A pergunta, muito simples, é: estão, ou não, o Governo e o PSD, disponíveis para apreciar soluções mais robustas deste ponto de vista?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palava a Sr.ª Ministra, que dispõe de 2 minutos e 34 segundos.

A Sr.ª **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Miguel Cabrita, começo por si. Este trabalho tinha, sim, sido começado pelo PS — não o disse ali, da tribuna, mas estou a dizê-lo aqui —, mas está a ser terminado por este Governo. Portanto, isso deve ficar bem claro. Foi este Governo que efetivamente levou à frente todo o programa de transformação digital da Segurança Social, que também tem esta componente, embora esta não seja só digital.

Obviamente que uma preocupação deste diploma — não a principal, mas uma preocupação relevante — é combater as situações de fraude, como é evidente, mas não é a preocupação principal. A preocupação principal é a simplificação do ciclo contributivo, porque é isso que dá 1,5 mil milhões de euros de poupanças às empresas, só em custos de contexto, neste ano.

Mas também, obviamente, temos uma grande preocupação com o combate à fraude. Por isso é que adotámos as medidas que o Sr. Deputado tanto crítica, nomeadamente as medidas relativas à redução de 12 para 3 meses da presunção da data de início de funções. Sabe porquê? Porque, no sistema anterior, nós verificámos — e temos dados que, como sabe, ainda estamos a tempo de mandar com rigor, mas estamos a fazer a sua atualização — que os dados indicavam que as pessoas podiam construir artificialmente carreiras contributivas apenas para beneficiar das prestações no final, e isto, obviamente, ninguém quer.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, Sr.ª Ministra, Sr. Ministro: O decreto-lei que hoje apreciamos é apresentado como uma medida de simplificação e de modernização administrativa, mas simplificar não pode facilitar a vida a quem não cumpre.

Ao permitir que a admissão de trabalhadores seja apenas comunicada no momento do início do contrato, abre-se novamente uma porta que o País levou muitos anos a fechar, a porta do trabalho não declarado.

Mais grave ainda, quando uma empresa é apanhada com trabalhadores não declarados, a lei passa agora a presumir apenas três meses de trabalho, quando antes podia chegar aos 12 meses. Isto não é simplificação, isto é reduzir a penalização para quem viola a lei.

E quem paga este recuo? Pagam os trabalhadores, que ficam sem proteção social; pagam as empresas cumpridoras, que enfrentam concorrência desleal; e paga também o próprio sistema de segurança social.

Por isso, esta apreciação parlamentar é essencial, acima de tudo, para fiscalizar e para garantir que modernizamos o sistema, sem recuar décadas, no combate ao trabalho clandestino.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Marta Patrícia Silva, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Marta Patrícia Silva** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.ª Ministra, Sr.ª Secretária de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: Durante demasiado tempo, a legislação nesta área tem oscilado entre dois extremos: ou se cria burocracia excessiva que penaliza quem cria emprego, ou se introduzem soluções que fragilizam a proteção social dos trabalhadores.

No entanto, não deixa de ser irónico que seja o PS a apresentar esta proposta de apreciação parlamentar, pois — e permitam refrescar-vos a memória —, em 2022, houve um debate nesta Assembleia, proposto pela Iniciativa Liberal, em que pedíamos uma simplificação na declaração mensal de rendimentos. Essa proposta foi chumbada pelo Partido Socialista, que, à data, referiu que a estaria a chumbar porque iriam eles próprios introduzir esta medida de simplificação.

Ora bem, durante o Governo do PS, nada aconteceu, mas isso não iliba o Governo da AD da responsabilidade de estarmos hoje a fazer este mesmo debate, porque, se o PS apostou em manter tudo na mesma em matéria de simplificação e escolheu o lado da penalização a quem aposta em Portugal, o Governo da AD, por via desta legislação, veio, de facto, simplificar o mecanismo de entrega da declaração mensal de rendimentos — e bem —, mas aproveitou o momento para adotar soluções que, no limite, desprotegem os trabalhadores, dando cartas à esquerda portuguesa para continuar a diabolizar as empresas.

Se é verdade que penalizações de 12 meses em contribuições à Segurança Social são manifestamente desproporcionais, principalmente nos casos de incumprimento involuntário, reduzir as penalizações para três meses faz com que um trabalhador não consiga, em caso de ser dispensado, auferir do subsídio social de desemprego, e isso, Caros Deputados, não podemos aceitar.

Na Iniciativa Liberal, acreditamos que não temos de escolher entre um mal e outro pior. Por isso, a proposta que hoje apresentamos pretende introduzir alterações cirúrgicas ao Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, com um objetivo muito claro: equilibrar a simplificação administrativa para as empresas, articulada com a proteção efetiva dos trabalhadores.

É precisamente nesse espírito que propomos a criação de um regime opcional de reporte mensal de admissões de trabalhadores, aplicável a médias e grandes empresas.

Srs. Deputados, empresas com maior dimensão enfrentam muitas vezes fluxos de contratação mais irregulares e complexos, pelo que obrigar estas entidades a comunicações sucessivas e imediatas não melhora a proteção social, apenas aumenta a burocracia.

Com esta proposta, as empresas poderão comunicar conjuntamente as admissões ocorridas num determinado mês até ao dia 10 do mês seguinte, regularizando retroativamente as contribuições devidas. Ou seja, menos burocracia, mais eficiência administrativa e zero perda de proteção social para os nossos trabalhadores.

Mas esta proposta vai ainda mais longe, porque a chamada Agenda do Trabalho Digno criou presunções excessivas, que colocam sobre as entidades empregadoras um peso desproporcionado em situações de incumprimento declarativo, o que pode acontecer, como já referi, por diferentes motivos.

Por isso mesmo, Sr.as e Srs. Deputados, a Iniciativa Liberal acredita numa Segurança Social que protege verdadeiramente quem trabalha, mas que não trata…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos da IL.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Diogo Pacheco de Amorim.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Tomás Cardoso Pereira, do Livre.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Membros do Governo, Sr.as e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias: Em Portugal, as estimativas apontam para que cerca de 12 % do emprego esteja em situação de trabalho não declarado, ou seja, esteja na economia informal, o que significa que centenas de

milhares de pessoas trabalham no nosso País sem plena proteção contributiva, muitas vezes em condições de subordinação que não aparecem no papel.

Ao mesmo tempo, a Comissão Europeia estima que Portugal perde mais de 3500 milhões de euros por ano em impostos e contribuições, devido ao trabalho não declarado. É dinheiro que falta às pensões, é dinheiro que falta às nossas escolas, é dinheiro que falta aos nossos hospitais e às nossas prestações sociais.

A Sr.ª **Patrícia Gonçalves** (L): — Exatamente!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — É neste contexto que surge este decreto-lei. Com este diploma, o Estado vem dizer a estes trabalhadores que, mesmo quando, finalmente, se reconhece que houve uma relação laboral oculta, só contam três meses de carreira contributiva, em vez dos 12 que vigoravam até aqui. Isto é um manual aberto de maus incentivos.

Quando o custo de violar a lei é reduzido a um quarto, aumenta a atratividade do incumprimento e agrava-se o chamado perigo moral, porque o risco passa a compensar.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Quanto mais barata for a ilegalidade, mais depressa ela se torna regra.

Na prática, um ano inteiro de trabalho não declarado pode traduzir-se em apenas três meses de descontos, com impacto direto na futura pensão, no acesso ao subsídio de desemprego e na proteção na doença.

Para as empresas incumpridoras, se forem apanhadas, pagam menos; para as empresas que cumprem, é concorrência desleal institucionalizada.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Bem lembrado!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Mas o problema não fica por aqui. Este decreto-lei altera também o prazo de comunicação da admissão de trabalhadores, permitindo que essa comunicação passe a ser feita apenas até ao momento em que o trabalhador começa a trabalhar, abrindo espaço para mais informalidade, para mais incerteza e mais vulnerabilidade para quem começa um trabalho sem garantias de que este é, efetivamente, declarado.

Sr.as e Srs. Deputados, durante anos, o código contributivo foi sendo construído para reforçar a transparência e o combate ao trabalho clandestino. Este decreto-lei faz o contrário, reduz a responsabilização de quem incumpre e fragiliza a proteção de quem trabalha.

Se queremos um mercado de trabalho com regras claras, com proteção social efetiva e com concorrência justa entre empresas, então, o caminho não pode ser tornar o incumprimento mais barato e o trabalho mais precário, que é exatamente o que faz este decreto-lei, e, por isso, defendemos a cessação da sua vigência.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O diploma do Governo, agora em apreciação parlamentar e que não tem outra saída senão a cessação imediata da sua vigência, como o PCP propõe, é bem demonstrativo de que tudo serve de pretexto para reduzir direitos e garantias aos trabalhadores e dar ainda mais instrumentos ao patronato para explorar quem trabalha.

O Governo apresenta as alterações introduzidas ao Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social como decorrência do seu programa de transformação digital para este sistema e, assim, quer-nos fazer crer que, e cito, «promove a simplificação e a eficiência da relação entre os beneficiários, os contribuintes individuais e empresariais e os serviços da segurança social, tornando também o sistema mais justo e diminuindo os riscos de fraude».

Mas o que podemos verificar é exatamente o contrário.

Uma alteração muito significativa é a que reduz a informação sobre a admissão dos trabalhadores nos 15 dias anteriores à produção de efeitos do contrato até ao início da sua execução, permitindo fazer a comunicação com o início da produção de efeitos e não antes, o que significa, na prática, que uma situação de fraude pode passar como legítima, uma vez que, agora, é possível declarar um trabalhador como tendo iniciado a execução do contrato naquele dia, quando, na realidade, poderia tê-la iniciado muito tempo antes.

Outra alteração de monta é a relativa à falta de comunicação da admissão dos trabalhadores, através da qual o Governo reduz a presunção do início da execução do contrato de 12 para três meses.

Quer esta alteração significar que, no caso de se detetar uma situação de trabalho não declarado — portanto, ilegal —, na falta de elementos que permitissem estabelecer a sua duração, mesmo que, na realidade, tivesse sido superior, anteriormente as autoridades teriam de presumir que era de, pelo menos, um ano. Mas, agora, com a redução para três meses, fica ainda mais escancarada a porta ao trabalho não declarado e a consequente desproteção dos trabalhadores, realidade esta que se deve combater — insisto, que se deve combater — e não fomentar.

Em vez das necessárias medidas dissuasoras do trabalho não declarado, o Governo só o vem promover, beneficiando o infrator e enfraquecendo os direitos dos trabalhadores no acesso às prestações sociais.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: o Governo não conta com o PCP!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.ª Secretária de Estado, Sr.as e Srs. Deputados: O CDS apoia, naturalmente, este processo de simplificação do ciclo contributivo no âmbito da segurança social. Consideramos mesmo que esta é uma reforma estrutural fundamental para melhorar o relacionamento entre as empresas e a segurança social: menos burocracia, mais previsibilidade, melhor combate à fraude contributiva.

Por isso, perguntamos: porque é que o PS apresenta esta apreciação parlamentar? Depois de tantos anos a promover a ineficiência e a complexidade administrativa e a tolerar falhas graves no combate à fraude contributiva, o PS vem agora, neste debate, acusar o Governo de um retrocesso social.

É preciso descaramento! É preciso mesmo não ter vergonha na cara, porque o diploma do Governo visa, precisamente, o contrário, visa mais rigor, mais justiça e melhor combate à fraude contributiva.

O PS, durante anos, criou um sistema pesado e permissivo à fraude. O Governo do PSD e do CDS opta pela simplificação, pela digitalização e por defender o sistema previdencial de fraudes contributivas.

Vamos a factos. O PS acusa o Governo de retirar direitos a trabalhadores. É falso, Srs. Deputados! A redução da presunção do início da relação laboral de 12 meses para três meses não retira nenhum direito a nenhum trabalhador. Visa, simplesmente, combater a construção artificial de carreiras contributivas e, dessa forma, evitar o acesso a prestações sociais indevidas.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sempre a desconfiar dos trabalhadores!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Por isso, tudo aquilo que andam a dizer é completamente falso.

O PS acusa o Governo de não combater a fraude?! Outra vez, é falso! Foi, precisamente, nos anos do Partido Socialista no Governo que foram detetadas as falhas mais graves no combate à fraude contributiva.

Este diploma que hoje está a ser discutido visa, precisamente, combater as falhas que tiveram lugar no Governo socialista, corrigir os problemas da Segurança Social e a sustentabilidade deste sistema.

Em terceiro lugar, o PS acusa o Governo de diminuir a flexibilidade na comunicação da admissão de novos trabalhadores. Mais uma vez, é falso! As novas regras permitem a comunicação com maior antecedência, simplificam procedimentos e dão mais segurança jurídica às empresas cumpridoras.

Por isso, a apreciação parlamentar pedida pelo PS é completamente incompreensível, porque não protege os trabalhadores, porque não exige mais responsabilidade às empresas e porque não combate a fraude.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Por isso, Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, o que discutimos não é um retrocesso, o que discutimos é uma correção de anos de erros socialistas.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Felicidade Vital, do Chega.

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Hoje assistimos aqui, no fundo, a um teatro político da esquerda. De um lado, temos a dramatização permanente do Partido Socialista e, do outro lado, a política de destruição, sem alternativa, do Bloco de Esquerda, que propõe revogar, destruir, travar, mas nunca, nunca construir.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Olhe que o Sr. Primeiro-Ministro disse que a UGT (União Geral de Trabalhadores) é como o Chega!

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Estas duas iniciativas dizem muito sobre o estado lastimável em que se encontra a esquerda portuguesa. O Bloco de Esquerda apresenta-se aqui como se representasse uma grande corrente da sociedade, mas a verdade é outra. Os portugueses falaram nas urnas e hoje o Bloco de Esquerda está reduzido a um único Deputado — unzinho só.

Aplausos e risos de Deputados do CH.

Quanto ao PS, traz hoje mais uma dramatização calculada. Identifica o risco, sim, mas usa-o de forma oportunista,…

A Sr.ª **Marina Gonçalves** (PS): — E sobre o tema?!

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — … como tão bem sabe fazer e sempre fez, transformando-o num discurso ideológico sobre precariedade, sem distinguir o incumprimento e a ocultação dolosa. Por estas e por outras, também passou para terceiro lugar.

A Sr.ª **Carla Barros** (PSD): — Isso!

A Sr.ª **Felicidade Vital** (CH): — Srs. Deputados do PS, o problema não é o País, é mesmo a ideologia que utilizam para proveito próprio.

O Governo, por seu lado, entrou em período de saldos nas punições, aliviando consequências para quem viola a lei, despenalizando o trabalho não declarado, legislando contra os trabalhadores honestos, contra os empregadores cumpridores e contra todo o sistema.

Salva-se, Srs. Deputados, o Chega, esta bancada aqui à minha direita.

Aplausos do CH.

Risos de Deputados do PSD, do PS, do L e do PCP.

Nesta Assembleia bafienta, com 50 anos do mesmo, queremos nós, o Chega, uma Segurança Social sustentável, justa, que proteja quem trabalhou uma vida inteira e não quem acabou de chegar ao nosso País, e que não sustente subsídio-dependentes, que nada querem fazer.

Protestos de Deputados do PSD, do PS e do L.

Simplificar, sim, Srs. Deputados, mas facilitar e despenalizar o incumprimento, não. Não terão o nosso apoio para isso. Esta é a nossa posição.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não há mais inscrições, aparentemente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não se inscrevem! Nunca se inscrevem!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Não havendo mais intervenções, está encerrado o terceiro ponto.

Protestos de Deputados do PS.

Então, para o encerramento, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

Protestos do Ministro dos Assuntos Parlamentares Carlos Abreu Amorim.

Para encerrar este ponto, tem a palavra o Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem a palavra, Sr. Ministro.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, à semelhança do que aconteceu noutros debates, mais ou menos com esta natureza e tipologia, põe-se aqui a questão de saber quem é o último a falar no encerramento.

O Governo não quer prescindir do encerramento, mas não quer tirar a vez ao autor do agendamento, que é o Partido Socialista. Daí a pergunta, que era a de saber quem é que iria agora falar em primeiro lugar e quem falaria em segundo.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Muito obrigado, Sr. Ministro.

Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, faça favor.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, como não tivemos a ocasião de clarificar este tema em Conferência de Líderes, sugerimos uma solução salomónica: como o Governo encerrou da outra vez, desta vez encerrava o Partido Socialista e, para a próxima, fica clarificado em Conferência de Líderes.

Convivemos bem com o contrário, mas é um critério.

Aplausos de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tendo o acordo do Governo, então, tem a palavra a Sr.ª Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para encerrar o debate.

A Sr.ª **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muito obrigada pelas perguntas que fizeram, às quais vou responder em conjunto e que, no fundo, se referem a quatro pontos.

Primeiro ponto: foi dito que a questão de a comunicação do início do contrato poder ir até ao início da sua execução, como limite, o que fragiliza o sistema e promove o trabalho informal. Ora, a nossa evidência técnica demonstrava exatamente o oposto, porque a regra anterior era desfasada da agilidade do mercado de trabalho moderno e criava zonas cinzentas, daí que se tenha tido de alterar.

Segundo ponto: a questão de a presunção da data de início de funções descer dos 12 meses para os três meses. Como já disse, a razão de ser desta regra é para não permitir uma construção artificial de carreiras contributivas apenas para beneficiar prestações sociais. Mas devo dizer — permitam-me, Srs. Deputados — que isto não é apenas uma presunção, e em Direito é assim, porque se a presunção for ilidida, o que vale é a realidade.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro!

A Sr.ª **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Portanto, se se vier a verificar que aquela relação de trabalho começou há seis meses, há 12 meses ou há 24 meses, é isso que se aplica, e isso não diminui em nada os direitos dos trabalhadores.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro! A prova chega para ilidir a presunção!

A Sr.ª **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — Apenas se consegue um outro objetivo ao mesmo tempo.

Por fim, Srs. Deputados, este diploma não é contra os direitos dos trabalhadores, este diploma é para proteger melhor o trabalho formal, e até favorece os direitos dos trabalhadores, porque faz uma coisa muito simples, que é inverter o ónus da prova da declaração de remunerações. Passa a ser a Segurança Social a fazê-la,…

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Uma prova chega!

A Sr.ª **Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**: — … portanto, podem ter a certeza de que ela é feita, porque, quando é o empregador, às vezes não o é.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Também para uma intervenção de encerramento, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, do Partido Socialista.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: O Partido Socialista agendou esta apreciação parlamentar focado, acima de tudo, em dois elementos. São eles o método que o Governo escolheu para fazer uma alteração ao código contributivo e, substantivamente, a forma como procura aligeirar aqueles que não cumprem e não declaram os contratos dos seus trabalhadores à Segurança Social.

Quanto ao método, estamos conversados. Ao mesmo tempo que debate assuntos como a descriminalização do trabalho não declarado na concertação social, em paralelo, faz um decreto-lei com questões claramente conexas ao trabalho não declarado. Aquilo que o Governo quer é descriminalizar o trabalho não declarado.

O método é errado. Quem tem respeito pela concertação social leva estes temas, em conjunto, à concertação social.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

Não pode querer resolver uns problemas na concertação social e depois deixar para o Parlamento, ou pior, só para o âmbito do Governo, a resolução de temas conexos.

O Partido Socialista respeita a concertação social.

A Sr.ª **Isaura Morais** (PSD): — Agora?! Agora, apreciação?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Aquilo que o Governo fez hoje e faz, com este código contributivo, é não respeitar a concertação social.

Depois, a substância. A substância é muito clara: quem não declarou o seu empregado, o seu trabalhador, à Segurança Social, no passado tinha uma presunção de contrato de 12 meses. A Agenda do Trabalho Digno passou essa presunção de seis para 12 meses. Este Governo quer passar a presunção de 12 para três meses, reduzindo a penalização do empregador e, acima de tudo, desfavorecendo as empresas cumpridoras, que religiosamente comunicam os seus contratos de trabalho à Segurança Social.

Aplausos do PS.

Podemos dizer que é uma alteração no sentido contrário dos ponteiros da história, é no sentido contrário da justiça social e, por isso, o Partido Socialista apresentou esta…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Está encerrado este ponto da nossa ordem de trabalhos.

Passamos ao ponto quatro, que se refere ao debate do Projeto de Resolução n.º 49/XVII/1.ª (IL) — Trazer a gestão pública das unidades de saúde EPE para o século XXI, do Projeto de Lei n.º 474/XVII/1.ª (BE) — Elimina a possibilidade de privatização dos cuidados de saúde primários e dos cuidados hospitalares inseridos no Serviço Nacional de Saúde, na generalidade, e dos Projetos de Resolução n.os 497/XVII/1.ª (PAN) — Recomenda ao Governo medidas complementares de descongestionamento do Serviço Nacional de Saúde, com vista ao cumprimento dos tempos máximos de resposta garantidos, 637/XVII/1.ª (CH) — Recomenda ao Governo a designação de um responsável pela integração e governação da inteligência artificial em cada unidade local de saúde, 649/XVII/1.ª (PAN) — Pela despolitização das nomeações para os conselhos de administração dos hospitais EPE e das ULS, e 651/XVII/1.ª (L) — Por uma gestão pública, democrática e sustentável do Serviço Nacional de Saúde.

Tem a palavra, para apresentar a sua iniciativa, a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

Pausa.

Sr.ª Deputada, peço-lhe que faça um compasso de espera, para deixar serenar e recompor o Plenário.

Pausa.

Srs. Deputados, agradecia que se reorganizassem rapidamente, para a Sr.ª Deputada poder tomar a palavra.

Pausa.

Sr.ª Deputada, julgo que podemos avançar já.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O debate que a Iniciativa Liberal propõe hoje é muito simples. Trata-se de garantir melhores condições de gestão nas unidades de saúde do SNS (Serviço Nacional de Saúde), para que possam funcionar muito melhor. Hoje continuam presas a regras pesadas e a processos burocráticos, que dificultam decisões rápidas. Ao mesmo tempo, o sistema continua demasiado focado na quantidade de atos que são realizados e menos nos resultados em saúde para as pessoas. E o resultado é conhecido: mais atrasos, mais pressão sobre os profissionais de saúde e um sistema que, muitas vezes, responde pior do que aquilo que poderia.

A Iniciativa Liberal tem dito, de forma consistente, que existe um problema sério de gestão no SNS, mas a verdade é que, ao longo de décadas, pouco foi feito para alterar esta situação. Governos do PS e do PSD

sucederam-se, mas as regras fundamentais de gestão dos hospitais públicos permaneceram praticamente iguais e, depois, estranhamos que os resultados não mudem.

Srs. Deputados, fala-se muitas vezes na necessidade de dar mais autonomia aos hospitais públicos. Todos, aqui, neste Parlamento, parecem concordar com essa ideia, mas, depois, essa verdadeira autonomia nunca acontece. Porquê? Pergunto se será porque não confiamos nas pessoas que os gerem. Então, talvez devamos começar precisamente por melhorar a forma como escolhemos essas pessoas.

Depois, quando se fala em autonomia, não há como não recordar as PPP (parcerias público-privadas). Isto é mais para os Srs. Deputados do PSD, porque, entretanto, o PS já se esqueceu de que, algures no tempo, defendeu as PPP ou, mais ainda, que criou as PPP.

Portanto, Srs. Deputados, se o argumento de defesa das PPP é, precisamente, mais autonomia de gestão, menos burocracia e maior flexibilidade, se essas condições são tão importantes para que os hospitais funcionem melhor, então, porque é que não damos essas mesmas condições, também, aos hospitais públicos?

Já agora, Srs. Deputados do Livre, uma vez que andam sempre a exigir transparência do privado,…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sim, sim!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — … então, por favor, exijam também melhores condições de gestão para o público, porque só assim é que o público pode competir com o privado.

Srs. Deputados, a proposta da Iniciativa Liberal assenta em três ideias simples. A primeira: melhor governação, mais mérito, mais transparência e mais exigência na escolha das administrações hospitalares, através de critérios claros de qualificação e experiência profissional e responsabilização.

A segunda: menos burocracia, porque muitas decisões continuam condicionadas por regimes administrativos e financeiros que nem sempre se ajustam à realidade da prestação de cuidados. É preciso, por isso, simplificar processos e permitir decisões mais rápidas.

A terceira: mais autonomia. Isso significa mais autonomia de gestão, quer administrativa quer financeira, para as unidades do SNS, com contratualização de objetivos, avaliação de resultados e responsabilização, de forma a criar todas as condições para que as administrações possam, efetivamente, gerir. Isso significa, também, reforçar modelos que aproximem a decisão da atividade clínica, como os CRI (centros de responsabilidade integrados), de forma a envolver mais as equipas na organização da atividade assistencial.

Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, modernizar a gestão do SNS não é um ataque ao SNS, é precisamente o contrário. Se queremos ter um SNS forte, se queremos ter um SNS melhor, então, temos de dar às unidades do SNS todas as melhores condições para serem bem geridas, e é exatamente isso que hoje propomos.

Por isso, deixo a pergunta aos vários grupos parlamentares: exatamente, o que é que impede a aprovação deste projeto de resolução?

Aplausos da IL.

Risos do Deputado do L Paulo Muacho.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.ª Deputada tem dois pedidos de esclarecimento. Como é que quer responder?

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Aos dois, em conjunto.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Barreira Soares, do Chega. Faça o favor, Sr. Deputado.

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.as Deputadas, dirijo a minha questão à Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, pois a Iniciativa Liberal defende neste projeto mais a autonomia de gestão do Serviço Nacional de Saúde, maior responsabilização dos gestores hospitalares, contratualização por objetivos com avaliação de resultados, e até aqui muito bem. Depois, vem o «no entanto»!

No entanto, o documento não concretiza quais são os critérios de qualificação que devem orientar…

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Apresentámos uma proposta de lei na semana passada!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — … a escolha dos administradores hospitalares e também não explica as medidas específicas de redução da burocracia que pretende implementar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Ao mesmo tempo, também sabemos — é do seu conhecimento e é do conhecimento de todos nós — que muitos hospitais públicos enfrentam fortes limitações orçamentais e dificuldades reais em competir com o setor privado na contratação de médicos e enfermeiros.

Ora, querer é fácil! O difícil é apresentar soluções concretas, e, como é costume na Iniciativa Liberal, parece-me que querem, mas não concretizam.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Diz o Chega!

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Aí é que está o problema: a dificuldade é na concretização.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Está a dizer o Chega!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Grande moral!…

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Calma, não se enervem, que ainda só estou a começar!

Assim, a pergunta — oiçam a pergunta! — é simples: que medidas concretas propõe a Iniciativa Liberal para que as unidades de saúde EPE (entidade pública empresarial) consigam cumprir essas exigências da autonomia, responsabilização e resultados quando continuam sujeitas a fortes limitações de financiamento e a dificuldades reais na contratação e retenção de profissionais de saúde? Ou será que a Iniciativa Liberal quer acabar com o Serviço Nacional de Saúde e passar a ser um serviço privado de saúde, o SPS?

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva, do Partido Socialista. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, a Iniciativa Liberal traz-nos, muitas vezes, um conjunto de perguntas sobre «afinal, para que é que servem tantos funcionários públicos», «afinal, para que é que serve a gestão pública», questionando sempre a real capacidade de os servidores públicos prestarem um bom serviço.

Os funcionários públicos servem precisamente para se conseguir fazer aquilo que a Iniciativa Liberal aqui propõe, em condições. Em muitas vezes que não foi possível garantir esse acompanhamento aos hospitais, isso aconteceu porque, ao longo de muitos anos, com o apoio dos Srs. Deputados da Iniciativa Liberal — não da Iniciativa Liberal, que ainda não existia —, não tínhamos funcionários suficientes nos organismos centrais, porque esse é um trabalho técnico que exige profissionais com muitas competências.

Depois, há uma questão muito importante: uma coisa é o que dizem as leis ou os projetos de resolução e outra coisa é a realidade.

Neste ano, estamos a experimentar isso como nunca! Estamos em março de 2026 e nenhum hospital deste País recebeu ainda a proposta de contratualização por parte do Ministério da Saúde para saber o que é que é

suposto fazer, com que recursos, em que calendário e com que objetivos. E isto, Sr.as e Srs. Deputados, acontece pela primeira vez!

Até onde conseguiu recuperar no tempo? Foi sempre em novembro do ano anterior que esses documentos chegaram aos hospitais.

Por isso, Sr.as e Srs. Deputados, quando o Governo aqui trouxer grandes promessas, numa nova Lei de Bases de Saúde, de fazer aumentar a autonomia dos hospitais, espero sinceramente que a Iniciativa Liberal se lembre que aquilo que retira autonomia é a completa incompetência com que o Ministério da Saúde está, neste momento, a gerir o SNS.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Cordeiro. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, agradeço aos Srs. Deputados Barreira Soares e Mariana Vieira da Silva e, começando por responder ao Sr. Deputado Barreira Soares, tenho alguma dificuldade em perceber onde é que o Sr. Deputado esteve em todas as outras discussões sobre saúde, em que a Iniciativa Liberal apresentou uma lei de bases da saúde, apresentou vários projetos de lei para resolver, desde os tempos de espera à contratação de médicos — na semana passada falou dos conselhos de administração e das regras, e foi discutido todo um projeto de lei sobre este tema.

Portanto, Sr. Deputado, se há partido que não pode acusar por não haver soluções, esse partido é a Iniciativa Liberal.

Já em relação ao Chega, pergunto: quais são as soluções do Chega? Onde é que está a proposta do Chega?

Relativamente à Sr.ª Deputada…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos da IL.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: o SNS é o patamar de decência que nos define enquanto sociedade. E o diagnóstico da ACSS (Administração Central do Sistema de Saúde) é direto: o aumento das listas de espera e o milhão e meio de utentes sem médico de família não são um acaso, são o subproduto do próprio plano de emergência para o SNS que o Governo apresentou.

As políticas do Governo para o SNS tornaram-se um dos principais problemas do SNS. Como é que se pode exigir agora aos hospitais que travem aumentos de consultas e de cirurgia?

O Governo quer gerir a carência em vez de resolver problemas. O objetivo é cada vez mais evidente: deslocar capacidade instalada para o setor privado, criar desconfiança onde há segurança, descapitalizar o SNS de profissionais e da autonomia operacional.

A proposta que o Bloco hoje traz é um imperativo de sobrevivência do Estado social. Ao revogarmos o regime das USF (unidades de saúde familiar) modelo C e as parcerias de gestão, estamos a blindar o erário público contra a predação mercantilista e a garantir que a saúde não passa a ser, em Portugal, uma mera mercadoria que se pode comprar e se pode vender.

O País deve apostar no modelo que conhece, que funciona e que é estudado, que é o das USF de tipo B, o único que provou eficiência e qualidade aos utentes.

Defender o SNS contra esta agenda de privatização não é um olhar nostálgico sobre o passado, não é ignorar os problemas que ele tem; é o combate para impedir que o futuro seja um privilégio reservado a quem tem uma conta bancária para o pagar.

Em Portugal, habituámo-nos, desde há 50 anos, que a saúde não se negoceia. Sr.as e Srs. Deputados, a saúde garante-se e isso implica acabar com um modelo que serve, sobretudo, para acabar com este princípio constitucional de que toda a gente, em Portugal, tem acesso à saúde, em qualidade e igualdade de circunstâncias.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem a palavra a Sr.ª Deputada Joana Seabra, do PSD. Sr.ª Deputada, faça favor.

A Sr.ª **Joana Seabra** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, o Bloco de Esquerda insiste numa visão binária em que ou a saúde é um direito garantido pelo Estado ou, se não, é um mercado, mas essa é uma falsa escolha.

O direito à proteção da saúde está consagrado na Constituição e concretiza-se através de um Serviço Nacional de Saúde universal. O que o Bloco de Esquerda propõe é eliminar instrumentos, fechar possibilidades e transformar uma discussão de organização e eficiência numa batalha ideológica.

As USF modelo C têm carácter complementar face às USF modelo B, e são constituídas para colmatar necessidades identificadas nas unidades locais de saúde. Integram-se na rede do SNS com autonomia organizativa, funcional e técnica, e são contratualizadas nos termos da Lei de Bases da Saúde, reforçando a capacidade de resposta nos cuidados de saúde primários.

Os centros de atendimento clínico integram o Plano de Emergência e Transformação na Saúde e foram criados como instrumento complementar para responder a episódios agudos não emergentes, aliviar a pressão sobre as urgências hospitalares e garantir continuidade assistencial.

Defender o SNS não é cristalizá-lo,…

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Joana Seabra** (PSD): — … é torná-lo mais capaz, mais ágil, mais eficaz.

Um direito constitucional exige responsabilidade na gestão, qualidade na prestação e resultados concretos para as pessoas.

Pergunto, por isso, ao Bloco de Esquerda: preferem, então, o quê? Um SNS fechado sobre si próprio ou um SNS que utilize todos os instrumentos necessários para garantir cuidado às pessoas?

Para nós, o critério não é a rigidez de posições, é a resposta concreta a quem espera por cuidados. O nosso Governo não quer transformar a saúde num negócio, quer transformar o SNS numa resposta que funcione. Essa é a diferença essencial!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, tem a palavra para responder. Faça favor, o Sr. Deputado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada, agradeço a pergunta.

Achei, por momentos, que fosse esclarecer porque é que a direção executiva foi pedir aos hospitais para fazerem menos consultas e menos cirurgias. Creio que isso não se compagina com o que a Sr.ª Deputada aqui disse sobre ter um SNS mais ágil e mais capaz. É que é cada vez mais declarado: o Governo governa mesmo para tornar o SNS menos capaz,…

A Sr.ª **Susana Correia** (PS): — Claro!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — …e é por isso que precisamos de revogar…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, do PAN. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, agradecemos o agendamento desta temática, apesar das visões ideológicas que nos separam.

O PAN traz aqui algumas propostas que recomenda, mais uma vez, no sentido de garantir que o Serviço Nacional de Saúde, que é uma das maiores conquistas da nossa democracia, parta de uma premissa absolutamente fundamental, que é a de que a saúde é um direito e não um privilégio.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Quem é que é ideológico aqui?!

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Aqui, Sr. Deputado, há, de facto, uma diferença ideológica entre uma tentativa de privatização sistemática, não só da Iniciativa Liberal,…

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Ah!…

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — … e do PAN. Nós defendemos que o Serviço Nacional de Saúde é um pilar a preservar e que se deve garantir que é de acesso universal, como efetivamente deve ser.

Só que este direito está hoje claramente sob pressão. Por isso mesmo, precisamos de ter respostas quando temos linhas de urgência sobrelotadas, consultas que demoram meses e, no meio desta pressão, temos ainda profissionais que estão exaustos e doentes, também sem resposta.

Não podemos ignorar que milhões destas consultas são por situações clínicas ligeiras, que vão desde infeções urinárias simples a dores de garganta, sinusites, otites, entre outras questões ligeiras, que podem e devem ser tratadas noutro contexto. Os problemas reais que, de facto, causam dor e preocupação, não devem obrigar ninguém a esperar numa sala de espera, como é evidente.

Por isso mesmo, se sabemos, e este diagnóstico está feito, porque não aplicar projetos-pilotos já existentes noutros países, como é o caso de França ou do Canadá, e que o PAN propõe? Ou seja, que as farmácias possam atender estas situações clínicas ligeiras, com protocolos clínicos rigorosos. Inclusivamente, já existem cerca de 7,6 % de USF que têm esta metodologia. São poucas, mas os resultados têm sido muito benéficos e têm, por isso mesmo, conseguido aliviar a pressão sentida.

Por outro lado, porque também não compromete o diagnóstico e o tratamento, aquilo que se propõe é reforçar os cuidados de saúde primários com testes rápidos, nos chamados *point of care*, ou seja, nas unidades de cuidado de saúde familiar, porque o médico de família que tem acesso ao diagnóstico imediato pode decidir melhor e tratar mais depressa, evitando, assim, encaminhamentos desnecessários para o hospital.

Aquilo que não podemos, Sr.as e Srs. Deputados, é falar continuadamente nos sintomas dos problemas do SNS e, depois, nunca aplicarmos qualquer terapêutica.

O PAN traz estas propostas e esperamos que nos acompanhem nestas recomendações ao Governo.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Sr.ª Deputada, não tendo qualquer pedido de esclarecimento, passo a palavra, para uma intervenção, à Sr.ª Deputada Cláudia Estevão, do Chega. Faça favor, Sr.ª Deputada.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Agora vamos falar a sério!

A Sr.ª **Cláudia Estevão** (CH): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A inteligência artificial já é uma prática usada no Serviço Nacional de Saúde e, por isso, a questão que importa hoje aqui discutir não é se a inteligência artificial vai entrar no Serviço Nacional de Saúde, mas quem responde por ela.

Quem assume a responsabilidade quando o algoritmo falha? Quem garante que o diagnóstico assistido por computador não põe em causa a segurança do doente nem os seus direitos fundamentais?

Hoje, a inteligência artificial já ajuda a ler exames de imagiologia, a cruzar dados na medicina de precisão, a apoiar a gestão das nossas vergonhosas listas de espera, e, se for bem usada, pode ser uma aliada importante do SNS, contribuindo para diagnósticos mais precoces, melhor monitorização, menos carga acessória sobre os profissionais, devolvendo-lhes tempo para aquilo que é mais essencial, cuidar dos doentes. Mas esses ganhos só se concretizam se houver direção clara, critérios transparentes e responsabilidade bem identificada.

Contudo, é importante não sermos ingénuos. A inteligência artificial mal gerida, sem regras, sem supervisão, é um perigo, pode comprometer a privacidade de dados sensíveis e, no limite, influenciar decisões clínicas de forma opaca, sem que a origem do erro seja facilmente percetível. E a saúde é, justamente, uma área em que o controlo humano é fundamental e não pode falhar.

Não podemos permitir, no SNS, sistemas de inteligência artificial a influenciar decisões clínicas sem uma avaliação prévia, validação adequada e um enquadramento rigoroso. Não podemos aceitar respostas como «o computador decidiu» para justificar erros clínicos ou falhas na equidade no acesso à saúde.

Foi por isso que o Chega trouxe hoje uma proposta com uma medida prática que é urgente implementar: é importante que cada unidade local de saúde tenha um responsável pela integração e governação da inteligência artificial.

Não queremos gerar mais burocracia, mas queremos um responsável, um nome, uma competência formalmente identificada em cada unidade local de saúde, alguém que avalie efetivamente a segurança das ferramentas antes da sua aquisição ou utilização, que garanta a proteção dos dados e a articulação com as direções técnicas e que acompanhe os resultados, os riscos, as falhas, sempre que algo corra mal.

O Estado tem o dever de garantir que a modernização não se faz à custa da segurança. A tecnologia tem de estar ao serviço da qualidade, da produtividade e da acessibilidade, mas com um critério que é essencial, de proteger o doente, apoiar os profissionais e reforçar a confiança no sistema.

É isto que o Chega propõe hoje: uma saúde mais moderna, uma saúde mais eficiente, sim, mas, acima de tudo, mais segura, mais responsável e mais humana.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, também para uma intervenção, o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O aiatola Muacho!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: A Iniciativa Liberal apresenta-nos hoje um projeto, sob o pretexto de trazer a gestão pública das unidades de saúde para o século XXI,…

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

… em que recicla a velha agenda do chamado *new public management*,…

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E o que é que isso significa?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … mais autonomia formal, mais contratualização, mais linguagem de eficiência, sem enfrentar os problemas estruturais do SNS.

Não é que este não seja um debate importante, é um debate importante, mas para a Iniciativa Liberal um hospital é essencialmente uma empresa — uma visão totalmente tecnocrática da saúde.

Falam-nos muito em KPI (*key performance indicators*), centros de custos, contratos de gestão,…

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Deixem os gestores gerir!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … e falam-nos muito pouco em doentes, em desigualdades de acesso, em profissionais exaustos.

Protestos de Deputados da IL.

O SNS não é uma empresa e as suas fragilidades não se resolvem com mais uma camada de gestão e de indicadores;…

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Deixem os gestores gerir!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … resolvem-se com financiamento adequado, com o reforço dos cuidados de saúde primários e com a estabilidade das equipas.

O projeto da Iniciativa Liberal insiste na simplificação das regras de contratação e na flexibilização administrativa como uma solução quase mágica.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Deixem os gestores gerir!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Na prática, isto abre espaço à externalização crescente e à lógica de mercado,…

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Não é nada disso!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — … sem responder à pergunta essencial: quem decide, com que responsabilidade democrática e com que prioridade à equidade no acesso e à qualidade dos cuidados de saúde que são prestados?

Fala-se muito em autonomia de gestão, mas nada se diz também sobre a participação dos profissionais e dos utentes,…

Protestos do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.

… sobre os limites à dependência do setor privado ou sobre a transparência de dados — sim! — dos operadores privados que são contratados pelo Estado.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

O Livre apresenta um caminho diferente. Para nós, o SNS é, sim, uma das maiores conquistas da nossa democracia e deve ser defendido dos modelos que o fragilizam,…

Protestos de Deputados da IL.

… sejam as PPP, sejam as USF de tipo C, os centros de saúde privados.

Aplausos do L.

A evidência internacional já mostra que a privatização dos cuidados de saúde quase nunca melhora a qualidade, e associa-se muitas vezes a piores resultados e a cortes em pessoal. E a Entidade Reguladora da Saúde também não encontrou melhor desempenho das PPP, face aos hospitais de gestão pública.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Isso é mentira!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr.as e Srs. Deputados, isto são factos, são dados, são relatórios.

Por isso, o projeto de resolução que o Livre apresenta propõe travar a expansão das PPP e das USF de tipo C e recentrar o investimento na rede pública, generalizando as unidades de saúde familiar modelo B, que são aquelas que, comprovadamente, demonstram melhor desempenho na maioria dos indicadores.

Defendemos também o reforço da autonomia das ULS (unidades locais de saúde), mas ligado à democratização da sua governação, com uma pré-seleção pela CReSAP (Comissão de Recrutamento e Seleção

para a Administração Pública), com uma escolha transparente e com uma participação efetiva dos profissionais e dos utentes nos órgãos de decisão.

Colocamos, ainda, a promoção da saúde e a prevenção da doença no centro das políticas, invertendo aquilo que tem sido a situação no nosso País, em que se investe uma fatia muito reduzida da despesa em saúde em prevenção, abaixo das melhores práticas internacionais.

E assumimos que não há um SNS sem profissionais. Perante a saída de milhares de médicos para o estrangeiro e o recurso massivo a médicos aposentados e a contratos à tarefa, o Livre propõe limitar a precariedade, agilizar os concursos e valorizar as carreiras, para fixar equipas no SNS.

Finalmente, exigimos a transparência de dados aos operadores privados que contratam com o Estado, e integramos também a dimensão ambiental na reforma do SNS, com metas de descarbonização e eficiência energética, seguindo aquilo que são os melhores exemplos internacionais, como o NHS (National Health Service).

Sr.as e Srs. Deputados, são duas visões alternativas, um SNS que é tratado como um mercado, como defende a Iniciativa Liberal; ou um SNS que é assumido como um pilar de democracia, de coesão e de liberdade real para as pessoas, que resume a visão do Livre — e nós sabemos muito bem o caminho que queremos seguir.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: O Serviço Nacional de Saúde é uma das maiores conquistas da nossa democracia, mas hoje está pressionado por anos de subfinanciamento, por decisões erráticas e por uma dependência crescente do setor privado que não resolve os problemas estruturais do sistema.

Não podemos aceitar que o Serviço Nacional de Saúde funcione à base de remendos, com profissionais exaustos e com milhões de portugueses sem médico de família e com respostas cada vez mais desiguais no nosso território. O que precisamos é de clareza e coragem política, de reforçar os cuidados de saúde primários, de valorizar quem trabalha no Serviço Nacional de Saúde e de garantir que a gestão das unidades de saúde responde às pessoas, e não, como muitas vezes acontece, sujeita a todos os interesses conjunturais.

Defender o Serviço Nacional de Saúde não é um *slogan*, é garantir acesso universal, qualidade nos cuidados e dignidade para todos os profissionais. Porque o Serviço Nacional de Saúde, quando funciona, funciona para todos, mas, quando falha, falha sobretudo para quem tem menos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nem uma palminha do PS!

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Tem agora a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, do PSD. Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados, as câmaras deste Plenário filmam quase tudo, mas não filmam tudo. Filmaram quando o Chega, antes das eleições, vinha ao púlpito gritar que vão acabar com os tachos, os cargos e as nomeações políticas, mas não filmam quando, depois das eleições, andam a choramingar pelas autarquias, pelo País fora, por mais cargos para o seu partido.

A Sr.ª **Regina Bastos** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Filmam também quando o Chega vem a este púlpito rasgar a camisola contra o sistema que alimenta os mesmos partidos há 50 anos,…

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

… mas não filmam quando o Chega não prescinde de disputar, lugar a lugar, cada cargo que emana da Assembleia da República.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, pois é! Pois é!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Mas hoje, estas mesmas câmaras foram capazes de filmar aquilo que para alguns eleitores do Chega seria uma ficção: filmaram o partido Chega a apresentar uma proposta de — imaginem! — criação de dezenas de novos cargos no Serviço Nacional de Saúde, um responsável por inteligência artificial em cada hospital.

Protestos do Deputado do CH Francisco Gomes.

Ora, esta solução não é nada mais nada menos do que a solução do principal partido da oposição para resolver os problemas de gestão do nosso Serviço Nacional de Saúde — mais um cargo em cada ULS.

Pois, enquanto o Chega se dedica ainda a este milagre da multiplicação dos cargos, o Governo decidiu exatamente o oposto: centralizar competências…

A Sr.ª **Regina Bastos** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — … e, efetivamente, reduzir cargos redundantes na saúde em Portugal — com menos retórica e mais ação, claro.

Protestos da Deputada do CH Cláudia Estevão.

Mas tenho a certeza de que o Chega, acompanhando de perto as notícias do dia a dia, se apercebeu desta: «Governo extingue conselhos fiscais dos hospitais e elimina mais de 100 cargos.»

O orador exibiu a notícia cujo título leu.

Ou seja, este Governo, passando da retórica à ação, de uma assentada, acabou com 100 cargos no Serviço Nacional de Saúde. Com isso, já agora, poupou mais de 1,3 milhões de euros por ano aos cofres da saúde,…

A Sr.ª **Regina Bastos** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — … revendo as prioridades, numa lógica de…

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — … aumentar a valorização dos profissionais de saúde, investir nas infraestruturas; no fundo, de otimizar aquilo que é a gestão do Serviço Nacional de Saúde.

Também na inteligência artificial, a estratégia deste Governo é muito mais simples do que aquela que o Chega veio hoje apresentar, porque é uma estratégia transversal ao País todo, uma transformação digital que, do ponto de vista da Administração Pública, é consequente e coerente em todo o País.

O Sr. **José Barreira Soares** (CH): — Aumentou os tempos de espera!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Não são dezenas de responsáveis espalhados pelo Estado, não são múltiplos centros de decisão, não são interpretações divergentes sobre a tecnologia, a ética ou a segurança. Não é assim que se moderniza o Estado, ainda que o Chega venha hoje defendê-lo aqui, numa forma nova de fazer política, contrariando a do Partido Socialista, nos últimos anos, que foi de atirar dinheiro para cima dos problemas. Agora, o Chega vem propor novos cargos para cima dos problemas.

A Sr.ª **Regina Bastos** (PSD): — Muito bem!

A Sr.ª **Cláudia Estevão** (CH): — Não percebe nada do assunto!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Não é essa a solução que este Governo defende, de mais um responsável aqui, mais uma função ali, enfim, mais uma estrutura que vem duplicar competências que já existem.

A Sr.ª **Cláudia Estevão** (CH): — Nunca trabalhou no SNS, pois não?!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — Sr.as e Srs. Deputados, mais entropia, mais burocracia, mais confusão no SNS.

A Sr.ª **Cláudia Estevão** (CH): — Nunca trabalhou no SNS

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD): — O Chega há de, certamente, encontrar, nesta Assembleia, parceiros para esse caminho. Não será, certamente, da parte do PSD.

Por outro lado, os partidos que venham defender uma otimização de recursos, um centralizar de procedimentos, uma melhor capacidade de agilizar decisões, vão ter no PSD um parceiro. Porque nós também percebemos, nos últimos anos, na saúde, que quando uma decisão demora meses a ser tomada, quando uma compra essencial demora anos a ser avançada, quando um hospital espera por autorizações intermináveis, quem sofre, no fim, não é o Estado, são os doentes, e é isso que este Governo está a evitar.

Saudamos o agendamento da Iniciativa Liberal, que, com esta proposta, acompanha em grande parte o caminho deste Governo, ainda que esteja longe de colocar em prática as reformas que estão a ser implementadas.

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

Termino com uma palavra para o Partido Socialista e para os partidos de esquerda, nomeadamente o Bloco de Esquerda, que até aprovou uma lei de bases da saúde, e a sua proposta vem hoje rejeitar a mesma lei que aprovou em 2019, quando vem contrariar o setor privado na saúde.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco…

O Sr. **Rui Afonso** (CH): — Sousa Vieira.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Francisco Sousa Vieira, peço desculpa, esqueci-me do nome.

O Sr. Deputado não percebeu bem o projeto do Chega, mas eu vou explicar-lho: nós não queremos criar cargos novos; nós podemos ir buscar, dentro da entidade, quem tenha competência.

Protestos de Deputados do PSD.

Eu sei que, para o PSD, a palavra «competência» é difícil de perceber.

Continuação de protestos de Deputados do PSD.

Disse que o PSD já cortou 100 cargos e poupou 1,3 milhões de euros — palavras suas: 1,3 milhões de euros!

Ó Sr. Deputado, vou-lhe dizer, só gestores públicos, na CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), custam mais 17 milhões de euros aos cofres dos portugueses — 17 milhões de euros!

Aplausos do CH.

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Se fossem do Chega já não era um problema!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Portanto, o senhor está a falar numa poupança de 1,3 milhões quando, em cargos públicos, em cargos para meter os *boys* do PSD, gastaram mais 17 milhões de euros na CCDR. Ó Sr. Deputado, a nós não nos dá lições de moral.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem agora a palavra a Sr.ª Deputada Paula Santos, do PCP. Faça favor, Sr.ª Deputada.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: Aquilo que é preciso no Serviço Nacional de Saúde é, de facto, um investimento sério na capacidade pública para dar resposta aos utentes. Ora, não é isso que a Iniciativa Liberal traz com esta proposta.

Eu queria ir a dois aspetos em concreto, sendo que o primeiro tem a ver com o modelo de organização das unidades do Serviço Nacional de Saúde.

O problema não se resolve com novas nomeações ou com a introdução de critérios que vão sempre levar a aspetos subjetivos como, aliás, temos visto bem, com este Governo a nomear em função de interesses partidários e não em função das necessidades para a gestão das unidades orgânicas do SNS.

Por isso, já trouxemos à Assembleia da República uma proposta para uma gestão democrática, porque é isso que é necessário.

Por um lado, um concurso público para a designação do presidente das unidades de saúde e a realização de eleições para o diretor de clínica e para o enfermeiro-diretor, para permitir a participação por parte dos profissionais de saúde na gestão das unidades do SNS, isso, sim, permitiria, de facto, a transparência e a participação de quem está nas respetivas unidades de saúde.

Por outro lado, a questão da autonomia é, de facto, importante. E aquilo que nós temos verificado, quer nos governos do PS quer nos governos do PSD e do CDS, é que não há, efetivamente, uma verdadeira autonomia, porque as decisões acabam sempre por ser tomadas pelos Ministérios da Saúde e das Finanças, em alternativa, ou por ambos, com muitos investimentos que são necessários e que ficam na gaveta.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Muito bem!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Aliás, como estamos a ver agora, a contratualização ainda nem sequer saiu do papel e, por isso, as unidades locais de saúde não têm esses instrumentos para que possam tomar as decisões de acordo com os respetivos planos de atividade.

Agora, é preciso também meios e recursos, e quando falamos de meios e de recursos é preciso garantir não só as condições para que as unidades locais de saúde possam ser dotadas dos profissionais e dos equipamentos que são necessários para garantir uma efetiva resposta, como também a autonomia não pode continuar a estar somente no papel; ela tem de ser real.

E isto leva-nos a uma outra questão, que é a seguinte: de facto, quando falamos de autonomia não é para externalizar, nem é para contratar privados, ou para transferir a prestação de cuidados para os grupos privados, como a Iniciativa Liberal bem defende.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Não, não!

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Muito defende, aliás, mas mal.

Aquilo que é necessário é, de facto, garantir essa capacidade para que as unidades de saúde — centros de saúde ou hospitais — sejam dotadas dos meios, dos recursos, das condições, quer do ponto de vista organizacional quer do ponto de vista dos meios, para assegurar aquilo que é necessário: cuidados de saúde de qualidade, a tempo e horas, para os utentes.

Ora, isto só é possível, de facto, rompendo com esta política que a Iniciativa Liberal tem sempre apoiado e tendo, de facto, uma política que garanta que o serviço…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.as e Srs. Deputados: 12 de março de 2026 é o dia em que o PSD, finalmente, desistiu de tentar dizer que as coisas estão melhores.

Aplausos do PS.

E percebe-se porquê. Porque as consultas presenciais baixaram 4 %; o número de primeiras consultas baixou, pela primeira vez depois da pandemia; as listas de espera para consultas cresceram 14 %; a lista de espera para cirurgias cresceu, e temos cada vez mais pessoas a esperar além do tempo máximo de resposta garantido; temos um número recorde de crianças a nascer em ambulâncias e à beira da estrada.

Eu percebo que o Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira venha dizer que o Partido Socialista atirava dinheiro para o sistema, porque, sim, o Partido Socialista resolveu severos problemas de financiamento e, por isso, o SNS passou a ter mais 25 % de profissionais de saúde, e também, sim, o PSD entrou na fase do corte, reduzindo em 10 % o valor para a aquisição de bens e serviços nos hospitais.

Durante o debate do Orçamento, perguntámos várias vezes à Sr.ª Ministra como é que ia fazer face a este corte orçamental que estava a impor aos hospitais, pela primeira vez, desde a troica, e a Sr.ª Ministra da Saúde não soube, aliás, nunca sabe responder.

As coisas vão ficando mais claras ao longo do tempo, porque agora sabemos a razão pela qual houve redução de financiamento. É que temos hoje o diretor executivo a dar orientações às ULS para não continuar a aumentar a produção. O que é que isso significa? Significa não ter mais cirurgias, não ter mais consultas, não ter mais resposta para o cidadão.

E, Sr.as e Srs. Deputados, isto terá uma consequência — para o ano, estaremos aqui a conversar sobre um brutal agravamento das listas de espera…

A Sr.ª **Ana Isabel Ferreira** (PSD): — Ou não! Ou não!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — … e esse agravamento terá um ou, melhor, dois partidos responsáveis, o PSD e o CDS.

Sr.as e Srs. Deputados, às vezes, temos mesmo de interpretar as coisas. Se há menos orçamento, se há menos consultas, se há menos cirurgias e se a única coisa que entusiasma o PSD é o avanço dos privados, realmente, quem duvida das reais intenções do PSD tem razão para duvidar.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Nós estamos aqui para continuar a exigir um aumento do investimento do SNS, em vez do corte de 10 % da adquisição em serviços, um aumento das cirurgias e um aumento das consultas, em vez das orientações que o diretor executivo está a dar às ULS.

O mínimo que se espera é que o Governo dê a cara, que, por alguma vez, dê a cara pelas decisões que tem vindo a tomar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — A Sr.ª Deputada tem um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega, a quem dou a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva, a Sr.ª Deputada fez um diagnóstico verdadeiro do que é a saúde em Portugal, infelizmente.

Mas eu notei que não falou nos portugueses que não têm médico de família, os tais 1 milhão e 700 mil que António Costa, do seu Governo do Partido Socialista, queria acabar.

Ou seja, tudo o que se está a passar em Portugal tem um rosto e esse rosto é o Partido Socialista, e tem um cúmplice e esse cúmplice é o PSD.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para responder, tem a palavra a Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva. Ou melhor, a Sr.ª Deputada não tem tempo para responder. Lamento, Sr.ª Deputada.

Então, para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: É mais um debate em que se discutem várias iniciativas na área da saúde e, em particular, no SNS.

O debate foi agendado pela Iniciativa Liberal e recomenda ao Governo que a gestão das unidades de saúde EPE seja modernizada e adequada aos tempos em que vivemos.

Sabemos que o atual enquadramento jurídico foi estipulado em 2005 e, por isso, de facto, há muito tempo que este regime não é atualizado. O atual estatuto veio permitir uma aproximação da gestão hospitalar pública com instrumentos de gestão semelhantes aos das entidades privadas, procurando, assim, introduzir flexibilidade, e esse foi um movimento no sentido correto.

De facto, este regime garantiu alguns avanços na gestão hospitalar, mas é importante que se reconheça que ainda não permitiu que as unidades do SNS adquirissem todas as ferramentas necessárias para uma gestão plenamente eficiente.

Por isso, para o CDS, é fundamental que continuemos a investir na modernização dos modelos de governação e de gestão das unidades do SNS. Aliás, o Programa do XXV Governo tem como objetivo essa modernização, garantindo práticas de gestão mais flexíveis, mais autonomia e a adaptação mais ágil aos desafios atuais.

Da esquerda, nada de novo. Do Bloco e do Livre, esses partidos, enfim, há muito tempo que não trazem nada de novo e, mais uma vez, neste debate, não trouxeram nada de novo.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — O CDS é que traz!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O CDS é que mexe a política portuguesa!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Eu percebo a irritação, mas, de facto, não trouxeram nada de novo.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Pois, o CDS é que traz tudo de novo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Repetem o fim das PPP e a única coisa que querem é mais Estado na economia.

Protestos do L e do BE.

No fundo, para os partidos da extrema-esquerda não interessam os doentes; a única coisa que interessa é manter os dogmas ideológicos da saúde pública em Portugal.

O Livre, que gosta sempre de se mostrar muito moderninho em matéria de saúde, é exatamente igual ao Partido Comunista Português e ao Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Não, não! Pelo contrário!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não há diferença nenhuma. É tudo extrema-esquerda e pensam todos de acordo com o mesmo diapasão.

Aplausos de Deputados da IL.

Protestos de Deputados do L e do BE.

Para o CDS, o caminho passa por melhor gestão e por melhor articulação entre o público, o privado e o social, através do reforço das PPP — exatamente no sentido contrário ao entendimento da extrema-esquerda —,…

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Em março!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — … porque só assim é possível ter respostas para todos, a tempo e horas, com mais qualidade e com menos custos para o Estado.

Aplausos de Deputados da IL.

O Sr. **Presidente** (Diogo Pacheco de Amorim): — Para encerrar o debate deste ponto, dou a palavra à Sr.ª Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal.

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, começarei este encerramento por responder à Sr.ª Deputada Mariana Vieira da Silva, que, no fundo, sabe tão bem como eu que falta autonomia às unidades de saúde.

Todavia, aquilo que não pode é dizer que nós, em momento algum, dissemos que a gestão pública ou que a gestão privada é melhor uma do que a outra.

A Sr.ª **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Foi há duas semanas!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Aquilo que nós queremos é que as regras sejam semelhantes, porque só assim, se todas tiverem as mesmas regras é que, de facto, conseguem competir.

Respondendo àquilo que o Deputado Paulo Núncio disse, quando se defende as PPP, o que isso significa é defender as PPP porque há mais flexibilidade, há mais autonomia e as decisões são mais rápidas.

E, portanto, o que nós temos de fazer é dar essas condições aos hospitais públicos, o que hoje em dia não acontece.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — O que vocês querem é a iniciativa privada!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — O Sr. Deputado Paulo Muacho referiu que o Livre defende as unidades de saúde familiar modelo B. Porque é que elas são melhores? Porque têm autonomia, porque têm incentivos, porque têm objetivos,…

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Mas os resultados não são melhores!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Queres privatizar, é?

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — … e, portanto, é exatamente a mesma coisa para as EPE, para os hospitais. É só isso que nós defendemos, é exatamente a mesma coisa.

Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, sim, quando as decisões demoram meses quem sofre são os utentes e é precisamente por isso que vamos continuar a defender mais autonomia de gestão para os gestores públicos para que possam gerir e decidir rapidamente para os utentes não ficarem à espera.

Sim, Srs. Deputados, reconhecer os problemas não é suficiente, é preciso condições para os resolver,…

Vozes da IL: — Muito bem!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — … e como a Deputada Paula Santos disse, sim, são precisos meios e são precisos recursos.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Mas votam sempre contra!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Mas disse também, há pouco, que depois opta-se pela externalização, pela prestação de serviços. Porquê? Porque é mais fácil e, portanto, se nós dermos regras mais ágeis, então, se calhar, podemos, sim, valorizar o SNS e, no fundo, é isso que a Iniciativa Liberal aqui traz hoje. Nós queremos um SNS que funcione melhor.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Votam sempre contra isso!

A Sr.ª **Joana Cordeiro** (IL): — Obviamente, queremos um modelo de saúde que é mais aberto, com liberdade de escolha, mas isso não significa que o SNS não tenha de ser mais forte, e nós temos dito isto vezes sem conta. É só isso que nós trazemos hoje.

Aplausos da IL.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, com esta intervenção encerra-se este ponto da ordem do dia e os nossos trabalhos.

Quero lembrar que amanhã a nossa sessão começa às 9 horas e 30 minutos e que a agenda da ordem do dia encontra-se devidamente distribuída e disponível para consulta nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 45 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.